



# FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

CADERNO 1

**Mobilização em prol de uma  
Política Pública de apoio a  
fundos solidários**

Realização: Fundação Grupo Esquel Brasil

Patrocínio: Banco do Nordeste



## **Realização**

Fundação Grupo Esquel Brasil

## **Patrocínio**

Banco do Nordeste

## **Articulação por uma política pública de Fundos Solidários**

Ministério de Trabalho e Emprego - Secretaria Nacional de Economia Solidária - SENAES

Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS

Banco do Nordeste

Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA

Articulação do Semi-Árido - ASA

Fórum Brasileiro de Economia Solidária - FBES

Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional - FBSAN

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - Mutirão para Superação da Miséria e da Fome

## **Coordenação Editorial**

Barbara Schmidt-Rahmer

## **Projeto Gráfico e Editoração**

Paulo Roberto de Oliveira

## SUMÁRIO

FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	4
POR UM PROGRAMA/UMA POLÍTICA NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS * .....	10
RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FUNDOS SOLIDÁRIOS .....	20
CARTA DO SEMINÁRIO NACIONAL DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS ÀS AUTORIDADES DO GOVERNO FEDERAL .....	49
FUNDOS SOLIDÁRIOS/ROTATIVOS: APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS .....	55
ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR .....	58
SEMINÁRIO SOBRE FUNDOS SOLIDÁRIOS NO SEMI-ÁRIDO .....	60

# **FUNDOS SOLIDÁRIOS: POR UMA POLÍTICA DE EMANCIPAÇÃO PRODUTIVA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Comitê Gestor Fundos Solidários

## **INTRODUÇÃO**

A Economia Solidária configura-se como importante espaço de produção de comunidades pobres em relação às profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho. Como atesta a Secretaria Nacional de Economia Solidária –SENAES, são milhares de organizações coletivas, organizadas sob a forma de autogestão que estão realizando atividades de produção e de serviços, crédito e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário. Qualquer governo minimamente comprometido com a força dos movimentos sociais há de se interessar pela adoção de políticas capazes de promover e viabilizar ações emancipatórias provenientes das comunidades locais.

Esta publicação reúne os textos de um processo de articulação e mobilização política conjunta entre órgãos do governo e quatro grandes redes de entidades da sociedade civil em prol de uma política pública de apoio aos fundos solidários. Da parte do governo participam da articulação o Ministério de Trabalho e Emprego (MTE) através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Por parte da sociedade civil fazem parte da articulação o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), a Articulação do Semi-Árido (ASA) e o Mutirão para Superação da Miséria e da Fome da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB-Mutirão).

Um dos motivos que reuniu essas entidades a partir de 2004 foi a busca por estratégias estruturantes para permitir a população assistida pelo Programa Bolsa Família sair da dependência dos programas de transferência de renda. Cogitava-se que o microcrédito clássico fosse essa saída, mas, como somente oferece financiamento para trabalhadores individuais que já estão no mercado, sem formação, capacitação, organização e extremamente seletivo, os seus resultados têm se restringido somente a uma pequena parte da população do Bolsa Família. Avaliação recente do referido programa, feita pelo IBASE, aponta para a falta de estratégias estruturantes da chamada “porta de saída” do programa Bolsa Família e para a dificuldade de encontrá-las.

Fundo Solidário é uma metodologia que casa o financiamento de iniciativas produtivas e sociais comunitárias com ações de formação e organização popular que estimulam o fomento de um patrimônio coletivo que permita a comunidade organizada se tornar protagonista no seu próprio desenvolvimento econômico e social.

Em linhas gerais, nos fundos solidários constituem-se formas de financiamento da economia popular solidária na perspectiva de promover a cidadania econômica daqueles que se situam fora da dinâmica convencional do mercado. Não devem se basear nos parâmetros tradicionais do sistema financeiro, quais sejam, uma lógica meramente financeira que cobra juros de uma população que vive em lugares de incipiente dinâmica socioeconômica, além

de não se pautar por princípios da racionalidade do processo de acumulação capitalista e do individualismo urbanos. Assim, os fundos solidários se apresentam como uma estratégia eficaz para promover a inclusão produtiva dos segmentos mais pobres e excluídos da população.

A publicação está organizada em três volumes: O primeiro, "Mobilização em prol de uma Política Pública de Apoio a Fundos Solidários" reúne os textos produzidos por ocasião do Primeiro Seminário Nacional de Fundos Solidários realizado em Brasília de 6 a 8 de fevereiro de 2007. O segundo, "Experiências de Fundos Solidários" apresenta textos de descrição, análise e sistematização das experiências de fundos solidários desenvolvidas no Brasil pelas entidades da sociedade civil que participam da articulação, algumas com apoio do governo. O terceiro, "Marco Legal" aborda as questões jurídicas que vêm dificultando a criação de uma política de apoio aos fundos, além de oferecer uma bibliografia e lista de entidades e fontes de outras informações sobre o tema fundos solidários.

O primeiro caderno traz à tona o texto base intitulado "Por um Programa Nacional de Fundos Solidários", onde se descortina, de forma resumida, a história dos fundos solidários no Brasil e as primeiras experiências de apoio a iniciativas destes fundos com recursos públicos durante o Governo do Presidente Lula. O texto em destaque apresenta as linhas gerais de uma proposta para uma política pública de apoio aos fundos rotativos solidários. Essa proposta foi fruto do processo de debate entre as quatro grandes redes da sociedade civil mencionadas acima em diálogo com representantes do governo. O texto base serviu de âncora para consubstanciar os debates durante o Seminário Nacional de Fundos Solidários, realizado em Brasília em fevereiro de 2007 e que contou com participação de 263 pessoas representando 63 entidades da sociedade civil e do governo.

O aludido evento foi prestigiado por personalidades representativas de importantes instâncias governamentais e não-governamentais relacionadas com a temática da economia solidária, a saber: o Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias; a Secretária Executiva do MDS, Sra Márcia Lopes, a Secretária de Articulação Institucional e Parcerias do MDS, Senhora Heliana Kátia Campos; o Assessor Especial da Presidência da República, Sr. Selvino Heck; o Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Sr. Fábio Sanches, o então Presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Dr Francisco Menezes e o Bispo Emérito da Diocese de Duque de Caxias, Dom Mauro Morelli. O resultado imediato deste seminário concretizou-se através de uma Carta do Seminário Nacional dos Fundos Solidários, onde constam propostas e elementos para uma política de apoio aos fundos solidários, uma agenda de compromissos das instâncias governamentais relacionadas com a economia solidária, além de sugestões e iniciativas para nortear as políticas.

Nos dois anos que passaram desde o Seminário, não se avançou muito na questão do programa ou da política nacional de apoio aos fundos solidários. Entre os fatores que impediram um maior avanço foram as dificuldades do marco legal, tanto em relação aos fundos solidários, como em relação a todo tipo de parceria entre governo e entidades da sociedade civil. Outro fator foram as mudanças em dois ministérios que apoiam a causa, MTE-SENAES e MDS. Para conquistar uma política pública de apoio aos fundos solidários, é preciso que a mobilização popular em prol dessa causa ganhe mais força e novos aliados, e

que as experiências bem sucedidas ganhem mais visibilidade. Espera-se que esta publicação contribua para dar essa visibilidade e para subsidiar e fortalecer a mobilização em prol dos fundos solidários.

O segundo caderno mostra a variedade e riqueza das experiências com fundos solidários que vêm acontecendo nas comunidades pobres do Brasil nos últimos trinta anos. Entre as experiências apresentadas destaca-se o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS. O PAPPS surgiu do diálogo entre governo e sociedade civil organizada com o propósito de servir como programa antecipatório na região Nordeste e modelo para um programa nacional de apoio aos Fundos Solidários.

O PAPPS iniciou em 2006 com apoio da SENAES e do BNB, posteriormente o MDS se juntou ao Programa. Um dos aspectos mais inovadores do PAPPS é seu modelo de co-gestão entre estado e sociedade civil: um Comitê Gestor composto por representantes da SENAES, do BNB, MDS e MDA e da ASA, do FBES, FBSAN e da CNBB-Mutirão foi quem definiu a política e metodologia do Programa, determinou os critérios de seleção, elaborou os editais de seleção, avaliou e selecionou os projetos a serem financiados e participa do acompanhamento e da avaliação desses projetos. O resultado prático e exemplar deste programa contabiliza, hoje, 50 projetos financiados na região Nordeste (área piloto do Programa), envolvendo recursos financeiros em torno de 6 milhões de reais. Enquanto é lamentável a falta de avanços para conquistar um programa nacional de apoio aos fundos solidários, o PAPPS representa um avanço importante na política pública do governo Lula na região Nordeste em prol dos segmentos excluídos e da construção de uma economia solidária.

Vale notar que entre os bancos públicos do Brasil, foi justamente o BNB – dono do maior programa de micro-crédito no país - que abraçou a causa dos fundos solidários. O BNB reconhece que fundos solidários e micro-crédito não são programas concorrentes, pelo contrário, servem segmentos de mercado e públicos distintos. Os Fundos Solidários podem até contribuir para aumentar a clientela em potencial do micro-crédito, porque proporcionam uma educação para o crédito, oferecendo uma primeira experiência com um financiamento reembolsável para um público excluído. Com uma maior divulgação da experiência dos fundos solidários espera-se que outros bancos públicos cheguem a adotar a mesma postura do BNB e a apoiar Fundos Solidários em outras regiões do país.

Numa perspectiva crítica e prospectiva, o relatório sobre o PAPPS do IBASE-CORDEL, intitulado “Sistematização das Experiências dos Fundos Solidários no Âmbito do Convênio BNB/SENAES, que compõe o segundo caderno deste trabalho aponta para a necessidade de sistematizar mais e definir melhor o que é fundo solidário, sem perder a riqueza da diversidade das experiências já financiadas. Evidencia ainda uma falta de auto-consciência de alguns beneficiários que, em geral, não se identificam, necessariamente, como projetos de fundos solidários mas como projetos de geração de ocupação e renda.

O relatório do IBASE/CORDEL propõe novos indicadores de avaliação que transponham meros indicadores mercantis e ressaltem outros benefícios e impactos. Chama a atenção para a premente necessidade da avaliação sistemática permanente, tanto da parte dos projetos apoiados como das instituições que os financiam. O aludido relatório

alerta também, para alguns projetos já apoiados direcionados a empreendimentos individuais que têm mais feições de micro-crédito e, como tal, poderão perder a dimensão da transformação das relações sociais e da emancipação sócio-produtiva, características marcantes dos fundos solidários.

Os relatórios sobre as experiências de fundos solidários apoiados pela Cáritas Brasileira e pelas entidades da ASA na Paraíba, respectivamente, abordam dois conjuntos de experiências de fundos solidários que marcaram o início desta prática no país nos anos 80 do século passado, antecedendo o apoio por parte do estado.

O conjunto de relatórios do segundo caderno objetiva, também, mapear avanços e recuos em torno do reconhecimento governamental do segmento da economia solidária e dos fundos a ela destinados. Tenciona contribuir para o aperfeiçoamento dos indicadores de resultados dos programas e projetos, ainda inconsistentes e não padronizados. Pelos relatórios, discussões e depoimentos acerca dos fundos solidários, relatados neste documento, fica patente ainda uma deficiência em termos de indicadores como: público e famílias beneficiadas; formas de devolução voluntária; percentual dos investimentos retornados; impactos efetivos na auto-sustentação das atividades associativas apoiadas; consciência dos beneficiários acerca do retorno dos investimentos e do fortalecimento das comunidades locais. O relatório sobre o programa de fundos solidários da Pastoral da Criança e Fundação Grupo Esquel Brasil, intitulado "Vencer Juntos" apresenta alguns indicadores quantitativos que podem ou não ser representativos de outras experiências.

O fato concreto é que se sabe, grosso modo, que estas formas variadas e diversificadas de fundos solidários apresentam bons resultados. A questão, entretanto, é sistematizá-los a partir de indicadores discutidos e consensuados para fomentar o diálogo com o governo e, sobretudo, ensejar a justa visibilidade que os mesmos merecem.

A despeito da rica e variada experiência de fundos solidários já em funcionamento no país, convém salientar no terceiro caderno os enormes desafios e ameaças de continuidade destas experiências em função das exigências impostas pelo Marco Legal que, em geral, vem engessando as formas criativas de cooperação e execução de projetos oriundos dos movimentos sociais. Em síntese, a dificuldade de trabalhar com recursos públicos para a constituição de fundos solidários pode ser traduzida por: (1) gratuidade do benefício dos projetos sociais, obstaculizando a devolução ou retorno, monetário ou não, ainda quando há a consciência dos beneficiários de retorno voluntário para maximizar os efeitos das ações; (2) exigências de licitação formal dificultam aquisição de bens e serviços de empreendimentos solidários informais e (3) dificuldades de cumprimento das exigências legais de prestação de conta dos recursos dadas a natureza das entidades beneficiadas e da própria característica dos empreendimentos solidários, não previstas da legislação.

O terceiro caderno que compõe este documento aporta contribuição relevante ao problema do marco legal para os fundos rotativos solidários. Trata-se do documento "A Prática do Fundo Solidário em Projetos Financiados com Recursos Públicos: Uma Visão Jurídica". Referido documento configura-se como estratégia para remover empecilhos para a adoção de uma política de apoio aos fundos solidários, de vez que assessores da Presidência da República e representantes de ministérios afirmaram que, sem a resolução

do marco legal, a discussão em torno da política de apoio aos fundos solidários não avançaria.

Convém assinalar que, a despeito das dificuldades, o que avançou foi um segundo edital do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários em 2008 que culminou com o financiamento de mais 33 projetos na região Nordeste, levando o total financiado a 50 projetos, o que não amenizou a problemática do marco legal, agora incidindo fortemente sobre o Ministério do Trabalho e do Emprego e SENAES e BNB.

Todo o sentido desta publicação é compilar uma memória coletiva, técnica e militante no campo dos fundos solidários – aqui entendidos como estratégia fundamental para a viabilidade dos empreendimentos solidários oriundos dos movimentos sociais. Esta memória especifica toda uma trajetória histórica de movimentos sociais que há mais de trinta anos vêm pondo em prática formas de produção associativas e auto-sustentáveis não necessariamente pautadas em formas que privilegiam o capital, mas a sobrevivência harmônica ambientalmente e fraterna socialmente. O sentido desta publicação busca ressaltar que o tema da economia solidária e dos fundos solidários não se constitui tema periférico ou exótico. Trata-se de uma nova realidade socioeconômica envolvendo a diversidade do mundo do trabalho que acena para novas determinações laborais de um país que está, também, inserido na crise mundial do capitalismo contemporâneo.

Por fim, este documento representa um resgate coletivo oriundo de movimentos sociais engajados com a questão dos fundos solidários, tema de certa forma ainda envolto por preconceitos e conservadorismo de segmentos do governo e da própria sociedade. Em hipótese nenhuma os fundos solidários devem ser interpretados como micro-crédito, como desejam alguns; nem tampouco devem ser considerados como políticas assistenciais compensatórias. Devem ser compreendidos como expressões marcantes de setores da sociedade organizada destes Brasis.

É natural até certo ponto, que políticas públicas hoje institucionalizadas e massificadas tenham tido muitas áreas de resistência partidas dos policy makers. O que é fato histórico é que tais segmentos foram vencidos pela imposição dos fatos e circunstâncias e, principalmente por mobilizações e pressões populares. Foi assim com programas de apoio à economia informal, com a política de fomento ao microcrédito, com a consolidação do Programa de Apoio à Agricultura Familiar- Pronaf. E assim será, oxalá, com a política de apoio a fundos solidários.



*"Um fundo solidário pode começar com uma cisterna, um fundo solidário pode começar com uma ação de saúde, um fundo solidário pode começar com um banco de semente. A gente fazendo isso bem, a gente mostrando nossa capacidade, a gente pode chegar lá na frente e dizer para os políticos, dizer para o governo: é isso que nos queremos, o desenvolvimento que nos queremos não é o desenvolvimento que vem de fora para dentro, mas o desenvolvimento que vem de dentro para fora, com a nossa idéia, com nosso coração, com as nossas colaborações"*

Naidison Quintella Baptista, ASA Brasil (Vídeo Cordel do Fundo Solidário)

## **POR UM PROGRAMA/UMA POLÍTICA NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS \***

### **1. Fundos Solidários: uma rica experiência**

A prática de constituição de Fundos Solidários – FS's tem uma longa história no Brasil, mas é a partir dos anos 80 que ganham força junto aos movimentos sociais e às atividades comunitárias ligadas às diversas igrejas.

No início dessa década, percebia-se cada vez mais claramente que as políticas e projetos assistenciais pouco contribuiriam para alterar as estruturas que geravam o empobrecimento. As pastorais sociais e Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) propuseram alternativas de desenvolvimento comunitário baseadas nas necessidades, práticas e culturas locais. A Cáritas Brasileira começou a apoiar os Projetos Alternativos Comunitários (PAC's). Os PAC's são pequenas iniciativas produtivas de desenvolvimento e de infra-estrutura comunitária, financiadas com recursos da cooperação internacional; tais iniciativas eram executadas por famílias e grupos na própria comunidade e contavam com ajuda de animadores voluntários. Os PAC's surgiram na região Nordeste e se espalharam para o Sul do Brasil. Entre 1984 e 1992, a Cáritas financiou aproximadamente mil PAC's. Dentre outras entidades, a Coordenação Ecumênica de Serviço (Cese), o Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris) e o Serviço de Análise e Assessoria de Projetos Fase/Saap também trabalharam na mesma linha.

Durante a maior parte da década de 80, os recursos repassados aos PAC's não tiveram exigência de retorno. Contudo, no início dos anos 90, por exigência dos organismos de cooperação internacional, a disponibilização de novos recursos destinados a apoiar os PAC's ficou condicionada a regras que estabeleciam a devolução monetária do valor financiado por parte dos participantes. A idéia de verdadeira promoção do cidadão, deixando para trás o assistencialismo, consubstanciada na exigência de contrapartida por parte das famílias e grupos beneficiados começa a ser amplamente aceita.

Desse modo, surgiram variadas metodologias e práticas voltadas à obtenção de retorno dos recursos investidos pela comunidade. Constituíam-se na perspectiva de que os recursos voltados ao fomento de FS's não retornassem às entidades de cooperação internacional, mas que fossem utilizados no fomento de fundos administrados, quer pelas entidades de apoio quer pelas próprias comunidades. A altíssima inflação da época contribuiu para estimular o resgate de práticas criativas já existentes na cultura local. Dentre as alternativas utilizadas nessa ocasião temos aquelas que estabeleciam que tais retornos se dessem por meio de produtos, prestação de serviços, repasse de crias de animais para outras famílias, práticas de troca de produtos, bancos de sementes e moeda social, entre outras.

Ao longo da década de 90 vemos a ampliação do número de entidades que começaram a trabalhar com fundos para pequenos projetos comunitários e fundos rotativos

---

\* Elaborado pelo Comitê Gestor dos Fundos Solidários

solidários: a Pastoral da Criança em 1989, o Instituto Marista de Solidariedade em 1995, Obras Kolping, Camp/Fundo Sul, IECLB/Fundação Luterana de Diaconia, entre outras.

A partir de 1994, um grupo dessas organizações apoiadas pela cooperação internacional, começou a interagir entre si, trocando informações, concepções, metodologias, formas de gestão, um diálogo com aquelas entidades internacionais em nível diferenciado ao anteriormente havido.

Em 1993 surgiu o primeiro FS gerido pela Articulação do Semi-Árido – ASA, no Município de Soledade, na Paraíba. Os fundos da ASA mobilizavam – e ainda hoje mobilizam – recursos da própria comunidade. Inicialmente estavam orientados para a construção de cisternas de placa e outras estruturas comunitárias, na perspectiva de uma educação para o manejo sustentável dos recursos hídricos e, também, para implantação de bancos de sementes. Tinham como fundamento o compromisso de cada família em contribuir para um fundo comunitário, em pequenas parcelas, um valor equivalente aos recursos recebidos e, assim, possibilitar que outras famílias pudessem ter acesso a este benefício. Em decorrência dos resultados favoráveis alcançados, a prática dos fundos solidários se espalhou por muitas comunidades do sertão da Paraíba, chegando a 1.824 Fundos, em 140 municípios, propiciando, em 2005, benefícios a 18.000 famílias.

Em 1994, a prática de implementação de pequenos projetos comunitários e constituição de fundos solidários recebeu grande estímulo para sua expansão quando a Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, sob a liderança de Betinho, fez uma grande campanha de apoio a projetos de geração de renda. Ao longo dos anos 90 aumentaram significativamente os recursos da sociedade civil para pequenos projetos alternativos e para fundos solidários; veja-se, por exemplo, a Pastoral da Criança trabalhando com recursos da Campanha Criança Esperança da Rede Globo, a Cáritas (e outras entidades ligadas à Igreja Católica) trabalhando com recursos arrecadados dos fiéis brasileiros. A partir de 1999, ainda, os recursos oriundos da Coleta da Campanha da Fraternidade da CNBB foram integralmente destinados aos Fundos Nacional e Diocesanos de Solidariedade, que se dedicam à viabilizar projetos comunitários.

Nesse período, entidades de apoio e grupos produtivos solidários têm se organizado e articulado em redes com o objetivo de superar a pulverização das iniciativas e ganhar força e voz na reivindicação de uma política pública direcionada especificamente à expansão e consolidação de uma economia popular solidária. Essa articulação resultou na criação dos Fóruns Estaduais e Brasileiros de Economia Solidária.

Como resultado imediato da criação e atuação dos FS's, vemos o desenvolvimento de uma forma específica de financiamento às iniciativas econômicas populares, que são as finanças solidárias; estas, ao lado de outras propostas, tais como as cooperativas populares de crédito, as entidades de crédito popular solidário, os clubes de troca com moedas sociais, espalham-se por todo país e dão surgimento às diversas redes que têm como foco o fomento e a constituição de mecanismos financeiros voltados aos setores populares.

Mais recentemente, alguns setores públicos buscaram apoiar os Fundos Solidários como instrumentos promissores à superação dos mecanismos de geração do empobrecimento. Embora ainda se defrontem com diversos obstáculos, as parcerias

estabelecidas possibilitaram o acesso a financiamentos não retornáveis diretamente aos fundos solidários.

## **2. Por que um Programa Nacional de Fundos Solidários?**

Os atuais programas governamentais de transferência de renda, em especial o Programa Bolsa Família, carro-chefe das políticas sociais do Governo Federal, apontam na direção de que se consolidem políticas estruturais de geração de trabalho e renda, voltadas à superação de mecanismos que geram o empobrecimento da população e, com isso, seja alcançado o pleno exercício da cidadania.

O Governo Federal tem promovido uma expansão significativa de recursos para ações de crédito, tais como micro-crédito, bancarização da população de baixa renda e expansão e flexibilização do Pronaf; isso se reflete na melhoria imediata das condições de vida da população. Contudo, apesar desses avanços, boa parte da população pobre continua sem acesso às políticas que impulsionem a sua organização produtiva. O Pronaf, por exemplo, está direcionado exclusivamente para o campo, e o micro-crédito atende majoritariamente pessoas que já realizam atividades produtivas.

A partir dessa percepção e com base nas iniciativas de organização, produção, comercialização, bem como de mecanismos financeiros solidários, surgidos das bases comunitárias como uma promissora e viável alternativa de financiamento à economia popular e de caráter local, foram realizadas algumas parcerias entre o governo e sociedade civil, no sentido de fortalecer as práticas dos FS's.

### **Citam-se aqui algumas delas:**

O Programa de Geração de Renda da Pastoral da Criança iniciou-se em 1989 com recursos públicos provenientes da extinta Legião Brasileira de Assistência (LBA). A partir do acesso a estes recursos, a Pastoral da Criança começou a apoiar pequenos projetos produtivos desenvolvidos por líderes voluntários e pelas famílias das crianças acompanhadas em todo território nacional.

Originalmente, as famílias ou grupos de produção que tinham acesso àqueles recursos firmavam o compromisso de contribuir com uma parte do lucro da atividade para constituir um fundo rotativo cujos recursos eram disponibilizados para financiar novos projetos de geração de renda de outras famílias na mesma diocese e/ou para a ampliação de projetos já existentes.

Posteriormente, a parceria entre a Pastoral da Criança e as entidades públicas se ampliou em 2001, quando teve início um convênio com a área social do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, por meio de recursos não-reembolsáveis. Em 2004 a Pastoral da Criança conquistou novos convênios com o Sebrae e o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Programa Fome Zero. Entre 1989 e

2006, a Pastoral da Criança apoiou mais de 1.000 projetos produtivos solidários, beneficiando 13.000 famílias de baixa renda.

O Programa por 1 Milhão de Cisternas – P1MC, de iniciativa da sociedade civil – Articulação do Semi-Árido do Brasil – ASA, ora em desenvolvimento no semi-árido brasileiro, configura-se como uma proposta que reúne os elementos fundamentais anteriormente apontados. Trata-se de um programa cujo corte essencial reside na educação para a convivência com a escassez de recursos hídricos, tendo como produto final a construção de cisternas de placa que armazenam água das chuvas nas residências familiares e se destinam a fazer frente ao período de estiagem.

Tal programa, executado por meio de uma parceria firmada entre o MDS e a ASA – Brasil, mas que conta, também, com recursos da Federação Brasileira de Bancos – Febraban, envolveu, desde os seus primórdios, famílias empobrecidas da região no planejamento das atividades, processo educativo de manejo dos recursos hídricos, produção das placas de concreto e – mais importante – organização das comunidades para, em mutirão, construir as cisternas. Tem-se, portanto, a expertise popular presente em sua formulação e que não se encerra quando da entrega das cisternas: prolonga-se em processos organizativos / educativos ao longo do tempo, decisivos à vida comunitária.

O Projeto Mutirão pela Segurança Alimentar e Nutricional – Prosan, de Minas Gerais, teve início em 2003, por iniciativa do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea); o Prosan financia a produção e o beneficiamento de alimentos e as iniciativas de mobilização, capacitação e educação sobre alimentação desenvolvidas por associações e organizações comunitárias, beneficiando famílias de baixa renda no Estado. A seleção dos projetos a serem financiados é feita por comissões regionais e uma comissão estadual eleitas pelos conselhos de segurança alimentar. Tanto as comissões regionais como a estadual são compostas por dois terços de representantes da sociedade civil e um terço de representantes do estado.

No primeiro ano, os recursos do Prosan – no valor de R\$1,3 milhões – vieram de fontes estaduais. A partir de 2004, o MDS realizou um convênio com o Estado de Minas Gerais contribuindo com R\$ 4 milhões para o período 2004/2005. Nesse período, o Prosan financiou um total de 475 projetos beneficiando mais de 25.000 famílias.

Por sua vez, o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, por intermédio da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes, Banco do Nordeste do Brasil – BNB, Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, ASA e Mutirão para superar a Fome da CNBB já estão coordenando uma experiência de apoio a projetos no Nordeste, o Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS. Os proponentes são entidades da sociedade civil credenciadas e com experiência na gestão de fundos solidários. Esta iniciativa contou, em 2005, com recursos da ordem de R\$ 600.000; para 2006 R\$ 1,2 milhão e, em 2007 estão previstos R\$ 3 milhões, com a mesma finalidade; são financiamentos não retornáveis que têm o BNB como financiador de parcela dos mesmos. Em sua primeira fase, esta iniciativa selecionou 17 projetos pilotos de fundos solidários, das 50 propostas apresentadas para avaliação para receberem financiamento que varia de R\$50.000,00 a R\$100.000,00.

Essas experiências comprovam a capacidade dos FS's em chegar até um público que tradicionalmente tem ficado à margem das políticas públicas, disponibilizando recursos e outros serviços que impulsionam a organização de atividades produtivas por parte dessa população.

Isso só é possível pela capilaridade que os fundos possuem e pelo aproveitamento adequado dos recursos disponíveis no local, valorizando as estruturas e sinergias existentes. Essa proximidade e a interação que os fundos estabelecem, estimula a integração e o desenvolvimento comunitário. Ademais, é de se ressaltar a importância que têm esses processos de autofinanciamento dentro de práticas educativas emancipatórias: a população mais pobre possui, mesmo que sua expressão monetária seja diminuta, uma enorme capacidade de mobilizar suas poupanças em função de estratégias coletivas.

Assim, a prática autogestionária, envolvendo a comunidade na definição das prioridades e no destino dos recursos, gera um maior comprometimento de todos com a sustentabilidade dos fundos. Por outro lado, os Fundos, que têm como eixo o desenvolvimento sustentável, realizam ações que vão além da disponibilização de recursos para investimento nas atividades produtivas e se estendem à realização de formação social e produtiva, e de mobilização em torno de questões de cidadania, gênero e etnias.

Dessa forma, a opção do governo em fomentar os FS's e promover seu fortalecimento e ampliação, representa um importante avanço em direção às políticas estruturais, mesmo que ainda de forma incipiente frente às dimensões que assumem as necessidades locais. Há, certamente, inadequação da legislação vigente no que se refere ao uso de recursos da União nesse sentido, o que, por certo, explica o fato de os setores mais sensíveis do governo encontrarem dificuldades em ampliar as dotações de recursos para essas iniciativas.

Existe, não obstante, o reconhecimento de que se faz urgente a superação de tais entraves legais para que, então, a participação do governo, por intermédio de suas políticas, possa ser ampliada e consolide essa importante iniciativa de corte estrutural voltada à ruptura das condições de empobrecimento das populações.

### **3. Elementos Para Um Programa Nacional de Apoio Aos Fundos Solidários**

Um Programa/política Nacional de Apoio a Fundos Solidários se insere dentro da concepção de política pública de fomento à Economia Solidária proposta pela I Conferência Nacional de Economia Solidária em seu Documento Final: a democratização do financiamento que valoriza iniciativas de finanças solidárias, inclusive os fundos rotativos e solidários, § 78; a criação de linhas subsidiadas e não-reembolsáveis de financiamento, § 74; e a necessidade de articulação com políticas de educação, qualificação e acompanhamento técnico e gerencial aos trabalhadores/as dos empreendimentos solidários, § 73. Portanto, um programa dessa natureza deve compreender uma Política Nacional de Economia Solidária, considerando as diversas outras modalidades de financiamento aos mais pobres, como micro-crédito, crédito cooperativo, Pronaf, financiamentos de bancos públicos etc.

Um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários se constitui não somente como uma real possibilidade de resposta às necessidades daqueles que hoje dependem das ações redistributivas do governo, mas, principalmente, como promotor de um processo de desenvolvimento local, sustentável (econômico, ambiental e socialmente) e solidário profundamente enraizado nas práticas comunitárias de organização.

O Programa/política teria, assim, não apenas o objetivo de fomentar as atividades produtivas comunitárias, mas tornar acessíveis mecanismos outros, tais como: acesso a formação, comercialização, capacitação, cooperação, sensibilização para a cidadania e auto-estima, trabalho na questão de gênero, que possibilitem superar a reprodução do empobrecimento e reverta a atual lógica do mercado, a partir da reorganização do tecido sócio-produtivo, com base em empreendimentos solidários e na constituição de uma rede de organizações sociais, inclusive com a participação das comunidades e movimentos populares na gestão direta dos fundos solidários.

### **3.1 Público potencial do programa/política:**

Beneficiários de programas de transferência de renda do Governo Federal, e aqueles que, embora não tenham acesso aos mesmos, encontram-se em condições semelhantes, tais como: resgatados do trabalho escravo, portadores do vírus da Aids, os safristas (trabalhadores temporários), prestadores de serviços, que não estão no mercado por períodos pequenos de tempo, entre outros.

Grupos de produção de bens e serviços, comercialização, associações, cooperativas, grupos de compra coletiva e demais formas de trabalho coletivo da economia popular solidária, constituídos por pessoas de baixa renda.

### **3.2 Organizações promotoras:**

Associações (Ong's), Fundações, OSCIP's e Organizações de Auto-gestão.

### **3.3 Características das iniciativas a serem apoiadas:**

Iniciativas que trabalham na linha da economia popular solidária, tendo as seguintes características, entre outras:

Metodologias de protagonismo comunitário e autogestão: o poder de decisão sobre elaboração, planejamento e execução das atividades e aplicação de recursos está centrada nos participantes e suas organizações comunitárias.

Abertura para uma grande diversidade de práticas solidárias dos fundos, no que diz respeito a devolução de recursos: devolução integral ou parcial, em dinheiro, produto ou serviços, práticas de troca, moeda social etc.

Visão do desenvolvimento local sustentável (econômico, ambiental e socialmente): melhoria na qualidade de vida do participante e da comunidade em todos seus aspectos econômicos e sociais: renda familiar, segurança alimentar, cidadania plena (que inclui fortalecimento da organização comunitária), dignidade, autocontrole sobre seu destino, manifestações culturais, preservação do meio ambiente.

Iniciativas produtivas e de infra-estrutura comunitária e familiar, com utilização/ desenvolvimento de tecnologia apropriada.

Articulação desses grupos de economia popular com entidades animadoras e gestoras do programa/política.

Respeitem as questões de gênero, raça e etnia.

Produção de tecnologias sociais inovadoras.

Assistência técnica prestada aos grupos comprometidos com Fundos Solidários

### **3.4 Natureza dos recursos:**

Os recursos financeiros devem ser não-retornáveis para a fonte financeira de origem. Deste modo, os financiamentos comprometidos com os projetos populares retornam exclusivamente aos FS's – locais, micro-regionais, estaduais etc. – conforme práticas e formas de retorno decididas pela comunidade, ou organização de participantes, em conjunto com as entidades fomentadoras.

### **3.5 Destino dos recursos da política/ programa:**

Fomento para os fundos rotativos, fundos solidários;

Infra-estrutura e desenvolvimento institucional das organizações promotoras;

Ações de educação e difusão das finanças solidárias;

Gestão dos fundos, que contemple mobilização, capacitação, organização social, monitoramento e avaliação.

Articulação das redes de fundos solidários

Sistematização e multiplicação das metodologias e das tecnologias sociais aprendidas na implementação dos fundos solidários no âmbito da economia popular solidária

### **3.6 Possíveis fontes de recursos:**

Recursos não retornáveis de bancos públicos, a exemplo do projeto BNB-Senaes;

Recursos não retornáveis do orçamento da União;

Recursos não retornáveis dos fundos constitucionais;

Recursos não retornáveis de empresas públicas, fundações e autarquias;

Recursos não retornáveis provenientes de entidades privadas;

Recursos não retornáveis de organismos e entidades internacionais.

### **3.7 Operacionalização:**

É oportuno considerar três etapas na destinação dos recursos:

Ampliação imediata dos recursos dos fundos atualmente identificados nos seus diferentes níveis e formas de atuação, até o limite de sua capacidade instalada;

Recursos para desenvolvimento institucional voltados para ampliação da capacidade atual instalada das entidades já identificadas; e

Recursos destinados para outras organizações a serem identificadas num mapeamento de instituições que queiram se habilitar para atuar com fundos solidários.

### **3.8 Volume dos recursos inicialmente previstos**

Considerando a capacidade das entidades preparadas para executar o Programa/Política, esses recursos deveriam ascender à cifra de R\$ 100 milhões no ano inicial da implantação do Programa/política ajustando-se progressivamente às necessidades de expansão e consolidação das atividades (ilustrar posteriormente com dados do mapeamento de economia solidária, que justifique o valor solicitado).

### **3.9 Princípios de Gestão Democrática do Programa/Política**

Gestão compartilhada entre governo e sociedade civil: criação de um comitê com representantes dos órgãos financiadores, entidades e movimentos da sociedade civil, que definirá os critérios e selecionará as iniciativas a serem apoiadas.

Credenciamento de entidades com experiência comprovada e habilitação de novas entidades de execução e parceiras do Programa/política

Criação de mecanismos descentralizados de controle social sobre o Programa/política, gestão descentralizada.

Seleção de propostas por edital público.

Construir uma relação com o Conselho Nacional de Economia Solidária.

## **4. Construção de uma Agenda de Compromissos**

### **4.1 Diálogo com as Agências Financeiras**

Inicialmente, o Comitê Gestor Ampliado poderá ser o interlocutor, dando continuidade ao diálogo iniciado no seminário junto às agências estatais com recursos não reembolsáveis para promoção de iniciativas aos moldes do PAPPS (BNB-SENAES).

### **4.2 Grupo de trabalho**

Criação de um grupo de trabalho que terá como função principal no processo de elaboração de um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários, em interlocução com os conselhos (Consea, Condraf, Conaes) e o Comitê Interministerial de Combate à Fome.

Este grupo de trabalho, que deverá ser nomeado por portaria interministerial, sendo composto por representantes familiarizados e que reúnam conhecimentos sobre o tema do Consea, Condraf, Conaes, Comitê Ampliado do Projeto BNB/Senaes e da Rede de Articulação de Fundos de Pequenos Projetos, numa proporção de dois terços da sociedade civil e um terço do Estado.

#### Projeto Fortalecimento da Rede

Enquanto outros componentes de uma política de finanças solidárias – cooperativas de crédito – e mesmo as entidades operadoras de micro-crédito, contam com movimentos e redes que se articulam em defesa de seus objetivos, os Fundos Solidários não possuem este grau de organização.

Com o propósito de suprir esta lacuna, existe a proposta de promover um mapeamento nacional das entidades e iniciativas que já trabalham com FS's, bem como de realizar encontros estaduais e regionais nessa direção. Espera-se que o Seminário Nacional sobre Fundos Solidários possa contribuir na identificação de atores e organizações "puxadores" das articulações que construam uma rede nacional para defender a causa de um Programa Nacional de Apoio a Fundos Solidários. Os participantes do Seminário podem se tornar articuladores e mobilizadores dessa causa nos seus respectivos territórios e movimentos.



*"Para a ASA [fundo rotativo solidário] é uma experiência fundamental, porque ela não é um espaço só de gestão de recursos humanos, financeiros ou materiais, mas é um espaço de formação, um espaço de debate onde as pessoas vão se descobrindo enquanto atores sociais. Isso é fundamental para um processo de desenvolvimento sustentável."*

José Dias, ASA Paraíba (Vídeo Cordel do Fundo Solidário)

## **RELATÓRIO DO SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FUNDOS SOLIDÁRIOS**

### **APRESENTAÇÃO**

Este relatório apresenta o conteúdo das atividades realizadas durante o Seminário Nacional sobre Fundos Solidários, ocorrido no período de 06 a 08 de fevereiro de 2007, em Brasília (DF).

O referido evento foi uma iniciativa do Comitê Gestor Ampliado do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários<sup>1</sup>, composto pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por meio da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias, o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Movimento de Articulação do Semi-Árido (ASA), o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN) e o Mutirão para superar a Miséria e a Fome da CNBB.

O seminário teve por objetivo tornar visíveis as experiências existentes há mais de 30 anos no Brasil, dos fundos solidários implementadas pela sociedade civil, de modo a discutir os desafios e potencialidades dessas experiências para se avaliar as possibilidades de formulação de uma proposta de política pública nacional (ou programa de governo) de apoio a fundos solidários, como uma das alternativas de emancipação das famílias mais vulneráveis do país. Participaram do seminário 264 pessoas<sup>2</sup> de 63 entidades, de vários estados do Brasil, notadamente aqueles da Região Nordeste.

### **DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES**

Dia 06/02/2007 - terça-feira – Hotel Sonesta – Brasília/DF

#### **ABERTURA**

Expositores<sup>3</sup>: Selvino Heck - Assessor Especial da Presidência da República, Heliana Kátia Campos – Secretária de Articulação Institucional e Parcerias (SAIP) - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Dom Mauro Morelli - Bispo Emérito da Diocese de Duque de Caxias, Fábio Sanches - Secretário Adjunto da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) – MTE e Patrus Ananias – Ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

---

<sup>1</sup> O Programa de Apoio a Fundos Solidários é um convênio celebrado entre a SENAES/MTE e o Banco do Nordeste, que apóia 50 fundos solidários e está em execução desde 2005.

<sup>2</sup> 264 registraram a presença nas listas ou no cadastramento, mas muitas pessoas não o fizeram. Estima-se que aproximadamente 300 pessoas estiveram presentes em algum momento dos 3 dias do evento.

<sup>3</sup> As falas dos expositores foram construídas com base nas sínteses produzidas pela assessoria.

## **Selvino Heck**

Um seminário histórico. Saudação aos participantes.

Existem dois motivos para eu estar aqui neste seminário. O primeiro pela história anterior ao governo federal, quando atuava no CAMP (RS), que há alguns anos, junto a outros movimentos atuam com Fundos de Mini Projetos no Sul do país. Referência ao encontro nacional em Florianópolis, quando foi constituída a Articulação de Mini Projetos.

A segunda aproximação foi no início de 2006, quando de uma discussão sobre o micro-crédito e sua incapacidade de atender outros segmentos, o Presidente solicitou alguma contribuição sobre uma alternativa, menos burocrática, sem juros bancários. A partir daí escrevi um texto (veja p. 55) e encaminhei ao Presidente. Desse processo, aliado à articulação de outros atores e sua atuação no CONSEA, surgiu a participação no seminário.

As experiências há mais de 20 anos existentes, já constituem uma rede nacional e estão em um momento crucial para definir novos rumos (maturação). Não podendo depender só dos recursos internacionais, mas podemos dar um passo adiante, ampliar e criar outras fontes no Brasil.

O desafio está em fazer com que os governos estaduais, municipais e o governo federal, junto às experiências existentes construam uma Rede Nacional para estabelecer, por meio do diálogo, parcerias que possam ter condições e recursos para uma inserção nacional.

O Governo tem aberto este diálogo com diversos setores da sociedade. A Conferência Nacional de Economia Solidária e a Conferência Nacional de Segurança Alimentar são exemplos onde sociedade e governos se encontram e somam esforços para construir, sem tirar a autonomia de ninguém, uma política que contemple o conjunto da população mais pobre.

Precisamos formar alternativas solidárias de construção de uma política estruturante para construir uma nova economia.

O eixo central do segundo mandato é desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade. O desafio está em como fazer para incluir os diversos setores e experiências que já existem no país. Devemos debater como promover este desenvolvimento. Como? Quem participa? Que tipo de desenvolvimento?

Os fundos rotativos solidários se colocam nessa perspectiva de uma política estruturante, como um instrumento para superar as dificuldades e fragilidades do desenvolvimento com distribuição de renda e educação de qualidade.

Para tanto é preciso incorporar um conjunto de iniciativas, bancos, governos, cooperativas, outros movimentos e setores organizados.

O desafio está em construir uma Rede Nacional não só de financiamento, mas de projeto de desenvolvimento para a nação. Desafio de disseminar essas práticas para as

organizações pelo Brasil (governo e sociedade). Este é o momento certo para o seminário. Espero que em um curto prazo, possamos dar respostas concretas.

Devemos pensar as ações no desenvolvimento local, territorial, regional e expandir para o nacional.

M. Pochmam publicou um artigo no jornal Valor Econômico dia 25/01 com o título "A hora e a vez da economia popular", onde ele diz que o apoio ao aumento do rendimento dos pobres é essencial para criar um mercado inclusivo. É isso que viemos construir e discutir aqui!.

### **Fábio Sanches**

Concordo que é um momento histórico. A sociedade vem se movimentando pela base numa revolução silenciosa de 20 anos e neste seminário a gente dá um salto para tornar visível e amplo o movimento das finanças solidárias.

Para o MTE é uma estratégia valorosa na perspectiva da geração de trabalho e renda, de uma inclusão real, por meio do trabalho decente, inclusão da população historicamente excluída. Inserimos-nos na política geral do Governo de promover a inclusão e acesso de pessoas ao mundo financeiro.

Nestes anos, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem procurado apoiar as diversas experiências de finanças solidárias.

Também tem apoiado as feiras solidárias e as iniciativas para criar moedas sociais nestes espaços. Há uma discussão com o Banco Central para reconhecer as moedas sociais.

As finanças solidárias representam um pilar da política construída na CONAES (Conferência Nacional de Economia Solidária) e do Programa Nacional de Desenvolvimento Solidário – Pronades. e construção de uma rede nacional no campo das finanças solidárias.

É necessário ampliar e consolidar as experiências que existem no país, de mobilizar o apoio de Governos Estaduais e Municipais. É necessário ampliar a aceitação dessas experiências pela sociedade, sistematizar melhor estas experiências para que apontem para um processo de desenvolvimento.

### **Dom Mauro Morelli**

Saudação a todos da mesa e do plenário. Esse encontro é mais um passo em direção à esperança. Minha motivação é superar a miséria e a fome, de que as crianças tenham chances de se tornarem adultos.

O que é o novo e o que temos que fazer de novo. Para qualquer projeto funcionar é preciso que suas bases estejam estruturadas. Um bom parceiro é fundamental para qualquer coisa. A segurança alimentar só é garantida com ações integradas nos diferentes

níveis (orquestração). Projetos como do MOC/BA, da Diocese de Pesqueira/PE e o Prosan/MG são exemplos.

Quando falamos na economia solidária parece que estamos fazendo uma concessão. Não estamos aqui fazendo uma concessão, estamos construindo uma nova realidade. Ou a humanidade muda, ou deixa de ser humanidade. Devemos ter a sabedoria, coragem, ousadia e humildade de propor caminhos novos. A economia solidária hoje dá os passos para construirmos uma nova sociedade e uma outra economia.

É uma exigência da justiça, da dignidade e da cidadania avançarmos para resolver os problemas, em favor da sociedade.

Um exemplo de uma experiência inovadora é o programa de biodiesel urbano em Campinas, com o aproveitamento do óleo saturado para utilizar como combustível. Dinheiro não é riqueza. O biodiesel é.

O lucro vai para o fundo de nutrição. O projeto oferece a garantia de que esta tecnologia não será repassada para a iniciativa privada para gerar lucro. Devemos buscar soluções criativas para alimentar nossos fundos.

Se quisermos ver um mundo novo, devemos caminhar, devemos nos mexer. Este encontro é um exemplo da nossa orquestração.

## **Heliana Kátia Campos**

Saudação a todos. Este Seminário é fruto de uma iniciativa conjunta entre governo e sociedade civil. Dentro do Governo temos construído uma forte colaboração entre o MDS e a SENAES. Ressalta a relação grande do MDS e com a SENAES.

Devemos ter criatividade com nossos fundos. Independente de nossa vontade, o dinheiro é necessário para mudar nosso país.

Vemos os resultados fantásticos dos minúsculos empréstimos. O Bolsa Família também serve para viabilizar pequenos empreendimentos. Faz parte do processo da política estratégica de desenvolvimento. O Bolsa Família não pode ser colocado como contraposição aos empreendimentos solidários – ou é um ou outro.

Na SAIP foi feito um levantamento de todas as ações de geração de trabalho e renda no governo federal. Informação é poder. Nesse guia nós organizamos as informações de geração de trabalho e renda. Vale a pena conhecer o Guia de Geração de Trabalho e Renda.

O MDS também tem atuado no campo da tecnologia social apoiando a RTS (Rede de Tecnologia Social) para construir e estimular tecnologias adequadas. [www.rts.org.br](http://www.rts.org.br)

O maior desafio para um empreendimento é se articular. O que garante o sucesso de um empreendimento são suas parcerias. Concordo com Dom Mauro que a articulação de parcerias é um desafio. A melhor forma de superar as dificuldades é juntar os atores: federais, estaduais, municipais e a sociedade civil.

Muitas vezes as necessidades dos empreendimentos não são atendidas na ordem de prioridade.

Este é um momento histórico para os empreendimentos solidários.

## **Ministro Patrus Ananias**

Saudação aos membros da mesa e a todos que participam neste seminário das entidades da sociedade civil. Meus parabéns a todas as pessoas que tornaram possível este encontro que marca a história dos fundos solidários no Brasil.

O tema da minha fala é sobre o desenvolvimento e a distribuição de renda.

Crescimento econômico e distribuição de renda são um desafio. O Presidente se comprometeu com o PAC com distribuição ética de riqueza e educação de qualidade. O crescimento econômico é fundamental para o nosso projeto desenvolvimentista, ético e humano. Nenhum ciclo econômico vingou na história do Brasil, pois todos foram excludentes. Fomos a China econômica do século passado. Hoje, somos a China do crescimento social. Até hoje não existe uma rede de proteção e promoção instaurada, ela está em construção.

Foi um erro o Brasil ter crescido sem inclusão, justiça social e distribuição de renda. Apesar disso, hoje ainda há aqueles que defendem o crescimento do bolo, para depois dividi-lo. Hoje sabemos que é preciso incluir para crescer. O crescimento e a distribuição devem ocorrer ao mesmo tempo. O crescimento econômico não ocorre por acaso, necessita a sustentabilidade e o acesso a bens e serviços do mercado interno.

O crescimento econômico pressupõe a construção da rede de proteção social.

Se os motores das últimas camadas sociais não forem postos em movimento, eles, não apenas, podem não ser puxados pelos motores à frente. Eles podem retroceder. A distribuição é essencial para garantir um novo ciclo de desenvolvimento.

Com respeito ao meio ambiente, o objetivo do crescimento é o desenvolvimento humano. O crescimento não é um fim em si mesmo. O texto da CONAES expõe bem este princípio. Que crescimento queremos? O ser humano deve ser o sujeito e a finalidade do crescimento econômico. Não queremos portas de saída, mas sim, ampliar as portas de entrada para a educação, para o trabalho, para a inclusão. Queremos o protagonismo dos mais pobres para melhorar a sua própria vida. Porém, após anos de exclusão histórica, temos o dever de quebrar a cadeia da pobreza, de criar os meios de desenvolver potenciais e capacidades. A pobreza histórica vai reduzindo as esperanças e sonhos. A luta não terminou, mas por meio da rede de proteção estamos vencendo essa guerra contra a fome.

O Governo federal tem avançado no acesso ao alimento. Mas é preciso avançar nas ações estruturantes, e o fundo solidário se apresenta neste leque de possibilidades. Espero que este seminário traga importantes colaborações para os Fundos Solidários.

É fundamental estabelecer prioridades. Aplicar bem os recursos públicos. É preciso que o governo e a sociedade façam cada qual a sua parte.

Avançar na ampliação de várias práticas da economia solidária, micro-crédito, cooperativismo e associativismo, de apoio ao desenvolvimento local, entre outros.

É preciso agregar valores aos produtos que disputem o mercado com uma nova mentalidade social. Disputarmos o poder econômico e no campo dos valores e novas relações sociais. Neste contexto de elegermos a vida como o grande valor e queremos novas formas de produção e consumo. As vezes temos medo de crescer, de entrar na lógica do Capitalismo. Devemos meditar sobre isso. Não podemos ter medo de disputar o mercado. Devemos tomar o mercado com a nossa nova lógica. Disputar no campo dos valores.

Outro desafio é a integração das políticas sociais. Saúde e educação são direitos sociais conquistados. A integração das políticas é necessária para promover o desenvolvimento. Devemos promover a vida, a dignidade humana. O Desenvolvimento Social precisa de uma rede de políticas que se complementem. Racionalizar recursos e potencializar programas.

O ser humano é único e indivisível e necessita do conjunto das políticas. As políticas precisam ser avaliadas, monitoradas e fiscalizadas. Há um risco das "caixinhas". Compartilhar responsabilidades implica em mudar de lugar.

Outro aspecto é entender que economia e social andam juntos. Não há dicotomia, há complementaridade. "Infraestrutura Social". Infra-estrutura também repercute na melhoria das condições de vida das famílias empobrecidas (habitação, saneamento, entre outros). Estamos investindo cada vez mais no social, e devemos continuar.

A questão do orçamento público é muito importante, devemos lutar por nosso espaço. A luta é para tornar o Estado Brasileiro público, de desprivatização do Estado.

**Dia 07/02/2007 - quarta-feira – Hotel Torre Palace – Brasília/DF**

**Mesa 1 – Fundos Solidários no Brasil: memórias e permanência**

Expositores: Ademar Bertucci (CÁRITAS), Rogério Dardeau (Rede de Articulação de Fundos de Pequenos Projetos/CERIS), Haroldo Mendonça (SENAES/MTE)

Coordenação: Guaracy Cunha (CAMP) – Comitê Gestor

**Ademar Bertucci, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Comitê Gestor Fundos Solidários**

**Resumo da exposição:**

Este Seminário se insere nas bandeiras do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da Conferência Nacional de Economia Solidária realizada em junho de 2006 que aponta a

necessidade para a criação do Programa Nacional de Desenvolvimento da Economia Solidária (Pronades). Avançamos com a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) e com a Conferência de segurança alimentar. No site do FBES: [www.fbes.org.br](http://www.fbes.org.br), as pessoas podem se informar sobre o Conselho Nacional de Economia Solidária.

Deixem-me fazer um breve resgate histórico das lutas do movimento:

Início dos anos 80, antes do fim da ditadura, criou-se o Conselho Nacional da Micro-Empresa. Deve-se definir com o que lida a Micro-Empresa, com o grande Capital, ou com o social. Tancredo Neves criou o PPS (Programa de Prioridade Social), porém, após sua morte o programa acabou. A sociedade civil avançou na mobilização comunitária, e as Pastorais e os movimentos ligados à CNBB começam promover mini projetos comunitários. A construção dos fundos solidários passa pela sociedade civil. Começa com criação dos PAC's (Projetos Alternativos Comunitários), experiência financiada com recursos da cooperação internacional que iniciou no sul e tornou-se o germen dos fundos solidários.

Início dos anos 90 acontece a criação do PROGER e do FAT como políticas públicas. O PROGER tomou outras configurações e boa parte do financiamento do PRONAF hoje é feita com dinheiro do FAT. A Campanha da Cidadania do Betinho de Dom Mauro, discutiam um programa que ia além do crédito. A cooperação internacional começa exigir uma devolução de recursos investidos em projetos produtivos e uma avaliação dos PAC's. A partir do debate entre a cooperação internacional e a articulação de organizações brasileiras criada para a interlocução, uma parte das iniciativas de PAC's toma o rumo para se estruturar como cooperativas de crédito e programas de micro-crédito, enquanto outras se estruturam como fundos rotativos solidários.. Dentro da CNBB uma parte da coleta da Campanha da Fraternidade começa ser aplicada para criar os Fundos Diocesanos de Solidariedade.

O marco conceitual da economia solidária no Brasil surge quando Boa Ventura de Sousa Santos e Paul Singer analisam as experiências em outras partes do mundo.

Início dos anos 2000, a CNBB lança o mutirão para superação da miséria e da Fome. O Fórum Social Mundial promove o debate sobre alternativas de e mostra que uma outra economia acontece.

A vitória de Lula, a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária aprofundam a discussão. As organizações que já trabalhavam se juntaram e buscaram a SENAES para construir uma alternativa.

Hoje, os aprendizados a partir dessa caminhada apontam para alguns desafios: afirmar a construção de um sistema de finanças solidárias; a economia solidária não pode ser tratada como uma política setorial; a gestão dos recursos com controle social; e, a integração com as diversas políticas, a exemplo da segurança alimentar.

**Rogério Dardeau, CERIS, Rede de Fundos de Pequenos Projetos**

**Resumo da exposição:**

A Articulação de Fundos para Pequenos Projetos (AFPP's) busca um novo paradigma de desenvolvimento. Se apoia nas experiências da década de 70 com a cooperação internacional no Brasil, para otimizar a aplicação de recursos internacionais e recursos de campanhas de arrecadação nacional, integrando a experiência das várias iniciativas no Brasil.

A ação com mini projetos gera critérios que passam a ser usados pelas entidades – constitui-se numa tecnologia social. Os setores sociais também produzem conhecimento. Uma grande rede vai se formando. Percebe-se a necessidade de dar um caráter orgânico para as ações, para promover a auto-emancipação. Em 1995, a rede se organiza.

A articulação funciona de forma simples porque não tem grandes recursos. A cooperação internacional tem mudado muito. Houve uma queda enorme da participação no financiamento de fundos solidários, uma inversão da proporção anterior, que era 80% governo alemão e 20% igreja. No passado os fundos solidários eram simples, hoje há uma grande exigência da cooperação e os mecanismos de prestação de conta ficaram mais rigorosos, quase igual ao TCU no Brasil.

Entidades que participam da rede incluem CERIS, CESE, FASE, Fundação Luterana, Instituto Marista de Solidariedade.

Desafios para os Fundos de Pequenos Projetos:

A exigência da administração direta quanto a documentos e procedimentos – notas fiscais, licitações, etc, muitas vezes desnecessários. Necessidade de agilidade e inovação, aonde o dinheiro chega;

Afirmar as práticas dos fundos rotativos como um processo em construção;

Chegar aonde a cooperação internacional e os governos não chegam;

Diagnosticar as reais necessidades dos grupos locais. Assim se pode otimizar a aplicação dos fundos oficiais;

Ações de pressão articuladas.

## **Haroldo Mendonça, SENAES, Comitê Gestor Fundos Solidários**

### **Resumo da exposição:**

O governo fez opções, priorizou esse processo. Fundos solidários são muito abrangentes, há um mosaico de várias experiências.

O campo das finanças solidárias abrange vários tipos de experiências e instrumentos. Premissas: desenvolvimento local e sustentável, mobilização social e autogestão.

Fundos solidários deram fôlego para as cooperativas, os bancos comunitários, a exemplo do Banco Palmas (CE). As experiências das cooperativas de crédito solidário são as

mais bem articuladas com o governo, baseiam-se na experiência do Yunnus, metodologia de financiamento.

Não gosto do termo micro-finanças. Pois, parece que esses setores são menores e não podem participar do restante da vida econômica do Brasil. Mas, o governo e alguns intelectuais assumem dessa forma. Já existe uma campanha para micro-finanças, com seu próprio marco legal. Marco regulatório construído pelo BNDES na década de 90 e outros na atualidade.

O atual governo avançou pouco no campo de micro-finanças. Decisão do governo brasileiro:

- Facilitar e ampliar o crédito. Porém o micro-crédito não é só emprestar dinheiro. É importante, sim, o contexto de desenvolvimento nacional.
- Crédito é um direito. O Governo deve, sim, disponibilizar dinheiro.
- Deve-se discutir uma nova taxa de juros. Talvez uma taxa social de juros.
- Apesar de o governo ter optado por uma outra linha, ele não pegou as experiências anteriores. Devemos pensar no que já temos e criar políticas públicas que complementem.

Os fundos solidários não se restringem a facilitar o acesso ao crédito. E a política ainda se restringe a uma visão monetária. A oferta de crédito é de 35% do PIB embora em outros países seja maior (Japão 110% do PIB, por ex.). O conceito é de inclusão bancária. Inclusão social é a visão com a qual os fundos se relacionam mais diretamente. O movimento da economia solidária coloca a questão do direito vinculado à justiça social. Acesso ao crédito e a outros serviços. O ministro Luis Marinho (MTE) falou às Centrais Sindicais sobre os juros altos e a possibilidade de trabalhar com taxas menores.

Hoje o governo tem um acúmulo. É possível fazer um balanço das políticas e a dificuldade de atingir as populações mais pobres e mais isoladas. Então é possível avançar nesta perspectiva de construir complementaridades.

Micro finanças é uma operação destinada apenas a empresas excluídas do sistema financeiro. Esta é a visão do Governo, uma visão estreita.

Banco Mundial: É o pequeno crédito concedido em larga escala.

Devemos lutar por um novo conceito, que não se restringe somente ao dinheiro.

A questão do montante pequeno de recursos liberados revela uma dificuldade de entendimento. Na prática alguns empreendimentos da economia solidária necessitam de maiores recursos. Portanto, há um limite conceitual de micro finanças. É preciso humanizar o processo.

As políticas do Governo Federal nos últimos 10 anos para as finanças populares, inclusive do governo de Fernando Henrique Cardoso se baseavam numa visão muito limitada.

Ainda, na atualidade o PROGER por exemplo, não tem o aval do Funproger. Caracteriza-se por uma ação fragmentada.

A SENAES avançou sobre a compreensão dos fundos solidários que difere da visão de escala e se baseia no vínculo de confiança e identidade dos participantes. Trata-se de um conjunto de serviços financeiros sobre uma base social que tem como vetor a relação de confiança. Não é crédito, é metodologia. Busca humanizar o conceito. Deve ser um processo comunitário.

Desafios: O governo precisa entender melhor o que o movimento quer expressar. É preciso afinar o diálogo entre o governo e a sociedade civil. Do que estamos falando? Da fonte, das ações, ou das entidades que operam (intermediação). O que queremos atingir é uma fonte permanente?

Como a gente aperfeiçoa a visão de gestão financeira, a relação entre as partes?

É preciso avançar na compreensão do marco regulatório com governo. Somar a partir das experiências anteriores.

## **MESA 2 – Possibilidades e limites de recursos públicos para fundos solidários**

Expositores: Representantes dos projetos: Bárbara Schmidt-Rahmer – (Pastoral da Criança/Projeto Vencer Juntos), Rubens Dutra Mota – (BNB), Celi Márcio – (PROSAN e Secretário Executivo do CONSEA) e Naidison Quintella Baptista – (ASA/P1MC)

Coordenação: Luciano Planca, FBSAN – Comitê Gestor

### **Bárbara Schmidt-Rahmer, Pastoral da Criança, Comitê Gestor Fundos Solidários**

#### **Resumo da exposição:**

O Projeto Vencer Juntos da Pastoral da Criança funciona em cinco estados do Nordeste e norte de Minas Gerais. É uma das poucas experiências no Brasil que vem funcionando, desde seu inícios, com recursos públicos.

A metodologia do Fundo Solidário consegue atender a parte mais excluída da população, e o impacto vai muito além do impacto de um programa de crédito. Vejamos o exemplo de um projeto financiado pelo Vencer Juntos no Município de Montezuma (Norte-MG). É uma fabriqueta de rapadura e açúcar mascavo organizado como empreendimento coletivo e solidário. A comunidade se organizou através de um primeiro financiamento na linha de Fundos Solidários, depois pegou o Pronaf para aumentar a fábrica comunitária, solicitou capacitação técnica pelo SENAR, depois fez um contrato com a CONAB para escoar a produção. Nesse exemplo, o Fundo Solidário levou à integração de vários programas sociais dentro da comunidade de forma articulada. – Para isto acontecer é fundamental a presença do agente comunitário e um sistema de informação.

A importância dos Fundos Solidários está em proporcionar uma forma de desenvolvimento local solidário ao impulsionar dinâmicas de organização comunitária. O Fundo Solidário potencializa e integra as políticas sociais do Governo e permite que elas cheguem aos excluídos.

O Projeto Vencer Juntos funciona em municípios do interior da região Nordeste e conta com apoio de recursos públicos: BNDES, SEBRAE e MDS. O projeto começou com apoio do Fundo Social do BNDES. Hoje o apoio vem do MDS/Fome Zero.

Desafios de trabalhar com os recursos públicos:

Exigências contraditórias de diferentes financiadores quanto à devolução de recursos para o fundo rotativo solidário: O BNDES exige devolução do recurso para o Fundo Rotativo e avalia o projeto com critérios de micro-crédito, julga-o como fracasso e deixa de financiar. O MDS proíbe a devolução do recurso para o Fundo Rotativo, portanto nos força de abandonar uma metodologia que dá certo.

Exigência de planejamento antecipado detalhado para aplicação dos recursos na comunidade inviabiliza atender as demandas que surgem da comunidade.

Exigência de licitação inviabiliza compra de produtos e serviços dos próprios grupos solidários locais que queremos fortalecer.

Excesso de burocracia e atrasos na análise de prestação de contas.

Para entender os desafios, o Governo deveria ir a campo para conferir, pessoalmente, os resultados dos projetos. As dificuldades de visitas do BNDES e do MDS – não há avaliação por esses órgãos. Apenas o SEBRAE realizou visitas permitindo uma aproximação da experiência e uma compreensão do processo e seus benefícios.

Um Programa de Apoio a Fundos Solidários precisa superar essas dificuldades e criar uma fonte específica de fomento de Fundos Solidários.

**José Rubens Dutra Mota, Banco do Nordeste, Comitê Gestor Fundos Solidários**

### **Resumo da exposição:**

O Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários - PAPPS nasce a partir de uma palestra do professor Paul Singer. Os recursos são oriundos do Convênio BNB/SENAES, como um projeto piloto. Situação atual: 17 projetos apoiados e R\$ 1.600.000 investidos até 2006, e mais previsto para 2007<sup>4</sup>. Os recursos do BNB já estão provisionados.

---

<sup>4</sup> Em 2008 foi lançado um segundo edital do PAPPS, levando o total de projetos financiados na Região Nordeste para 50.

Os recursos do BNB para este programa vêm do Fundo de Desenvolvimento Regional (novo), que não é uma linha de crédito, do Fundese (atividades tecnológicas), e do FASE, para pesquisas econômicas.

Foi uma ousadia para o BNB criar uma figura jurídica de compromisso de devolução voluntária para permitir o apoio aos projetos dos Fundos Solidários. A elaboração do convênio também apresentou desafios. Tem o mesmo processo a ser seguido quando o governo federal repassa recursos financeiros para uma prefeitura. Esse processo não é adequado para a realidade na qual os fundos solidários operam. Quanto a Lei de Licitações, foi necessário buscar alternativas para as notas fiscais, como por exemplo, a nota fiscal avulsa.

A ASA ousou e está respondendo ao TCU que questionou a legalidade da contribuição para fundos solidários por parte de famílias beneficiadas com recursos públicos para a construção de cisternas de placa. Temos que avançar na construção de um programa mais amplo de Fundos Solidários. O PAPPS não é do BNB, mas de uma articulação que o Banco participa e está aprendendo com os movimentos sociais.

Os representantes dos projetos financiados com recursos do PAPPS estão presentes aqui.

Problemas:

- As ações inovadoras devem ter outras regras.
- Abre o programa de Devolução Voluntária.
- Legislação
- Problemas orçamentários
- Questões da Nota Fiscal

Com boa vontade pode se contornar todos esses problemas. O BNB quer que o projeto piloto, sirva de exemplo para outros projetos futuros. Gostaria de poder visitar mais os locais de projetos.

O BNB abarca uma grande gama de temas. E faz isso propositalmente, com o objetivo de adquirir a maior quantidade de experiência possível.

A definição de conceito é difícil sobre estes fundos, mas os projetos estão nos apoiando a construí-lo. É um processo.

Dajer – BNB complementa a exposição de Rubens afirmando o esforço do banco em fazer as “caixinhas” conversarem.

**Celi Márcio, CONSEA-MG**

**Resumo da exposição:**

O PROSAN é um programa coordenado pelo CONSEA.

A representação do CONSEA: 2/3 de sociedade civil e tem representações regionais. Já realizaram três conferências nacionais. É uma inovação com problemas, mas positivo na atuação.

O PROSAN é um programa de mutirão pela segurança alimentar. A Conferência decidiu que deveria existir uma ação de geração de trabalho e renda e atualmente é necessário avançar numa visão de que segurança alimentar é desenvolvimento.

O grande desafio está em como chegar aos mais pobres, porque eles não estão organizados e o PROSAN só trabalha com grupos e associações. Os recursos são públicos do governo estadual e federal. Objetivos do programa: apoiar as associações comunitárias, garantir a alimentação, auto-abastecimento, comercialização e promover tecnologias. Princípios do programa: participação, descentralização e cooperação. O programa não trabalha com indivíduos, mas sim com as famílias.

Metodologia: diagnóstico, acompanhamento, monitoramento e avaliação. (trabalho voluntário). O aspecto inovador do PROSAN foi sua gestão compartilhada entre governo e sociedade civil, com os projetos selecionados por comissões mistas.

Os projetos em 2003 foram apoiados com recursos da loteria mineira, nos anos seguintes tiveram apoio do MDS, Emater-MG, Caritas e associações.

As exigências jurídicas por conta da aplicação de recursos públicos no Programa quase que distorcem a característica dos projetos. Atualmente mudou a lógica do governo estadual. Na edição atual do Programa, não é mais possível apoiar projetos cujas necessidades foram definidas pelas próprias comunidades. A Lei das Licitações obrigou o Programa de predefinir e licitar através de Pregão os insumos a serem distribuídos. Adotou-se uma prática de distribuir kits padronizados para a produção de alimentos. Desta forma não podemos mais falar do PROSAN na forma como nasceu do CONSEA. Enfoque temático do programa: apoio à produção de alimentos, beneficiamento de alimentos, geração de trabalho e renda.

## **Naidison Quintella Baptista, ASA Brasil**

### **Resumo da exposição:**

O expositor concentra-se nos desafios que as práticas dos Fundos Solidários enfrentam na atualidade, e toma como referência as dificuldades que ocorrem na ASA. A ASA reúne cerca de 900 organizações que afirmam o protagonismo do povo do semi-árido. Afirma que o semi-árido não precisa de esmolas.

Evidencia a competência e sabedoria das organizações e da população desta região nas práticas inventadas para viver no referido ambiente com dignidade.

O Programa 1 Milhão de Cisternas - P1MC é um Programa de formação e mobilização para a convivência com o semi-árido, embora 1 milhão de cisternas tenha dado visibilidade ao mesmo. No entanto, não é apenas esta a atuação da ASA.

O P1MC surgiu nas múltiplas experiências de cisternas que existem no nordeste, valorizando as tecnologias, as metodologias e processos nas variadas regiões. Seu êxito se deve à metodologia participativa com as bases.

Os fundos solidários têm plena ação no semi-árido: com sementes, água, etc. há uma diversidade enorme de práticas e todas são respeitadas.

Uma cisterna quando é construída pelo governo e doada a comunidade não é de ninguém. Mas, quando as cisternas são construídas com o envolvimento das pessoas ela é apropriada por todos. E é valorizada e protegida. Por isso se diz que há cisternas e cisternas sendo construídas. A cisterna é vista como um elemento pedagógico para educar a população a conviver com o semi-árido.

A ASA construiu uma OSCIP para realizar convênios e parcerias com o governo. E os dados de sua atuação estão disponíveis no site da ASA.

O programa de cisternas já conta com uma dotação orçamentária específica da União. Já foram repassados 240 milhões pelo MDS. Hoje são 185 mil cisternas e 870 mil pessoas mobilizadas. Portanto, já é uma política pública.

Na implementação do programa a ASA não pode renunciar a sua ação e sua identidade que construiu o programa.

A partir desta experiência surgiram os FRS porque fazem parte da cultura de cada agrupamento. E os FRS são essenciais para a melhoria das condições de vida. Então, os recursos se multiplicaram porque as comunidades resolveram contribuir para criar alternativas de melhoria de vida.

Os FRS nunca foram obrigatórios. Nunca foi condição para acesso à cisterna e nunca houve retorno para as entidades da ASA, ou ao governo. A gestão do FRS é pela comunidade. Não se caracteriza como retorno e sim como decisão da comunidade de usar parte destes recursos para suas necessidades comunitárias.

Hoje o programa esbarra em duas questões:

O Tribunal de Contas da União (TCU) em visita ao MDS e a ASA constatou que havia os FRS. Não reconheceu os recibos utilizados pelas associações. E recomenda ao MDS que suspenda os recursos repassados para as cisternas e aos FRS. É triste e revoltante. É unânime entre as experiências os limites legais que impedem o desenvolvimento das ações;

A Lei 8.666 – com o pregão eletrônico.

Exemplos da inadequação da modalidade do pregão para licitação no P1MC: A Asa chega as comunidades a cavalo, de bicicleta ou de moto. Chega aos mais pobres. Como chegar com um pregão eletrônico nestas comunidades para fornecer alimentos?. As

compras são feitas na comunidade. E o pregão mata uma relação que existe na comunidade de compra os produtos, fazer e comer todos juntos num exercício de convivência social e cidadania. O pregão eletrônico transforma as ações em atividades financeiras. Nós temos práticas e práticas que queremos fazer.

Se queremos ampliar as práticas solidárias das comunidades, precisamos nos mobilizar: a) provocar o governo através de Dulci, comissão específica para construir um marco regulatório na relação das entidades da sociedade civil com o governo; b) pontuar as questões de limites, como o pregão e a AIN para sua reformulação.

### **Debate -1º bloco de perguntas/falas:**

- Eveline (MDA- Projeto Dom Hélder Câmara): Integração das políticas, o MDA conseguiu solucionar algumas das questões levantadas pelas falas. O MDA também tem problemas com a lei 8.666. Ampliação das soluções não só monetária. Que tenhamos essa criatividade na construção dos fundos.

- Heliana Kátia (MDS):Momento muito rico, demonstração de vontade de transformação. Demonstração de como as coisas acontecem na ponta, e desafios. Esclarecimento que o Fundo de Erradicação da Pobreza decidiu em ata que todos os recursos são para as cisternas. Devemos ter paciência com os procedimentos do governo. Vontade comum para uma saída comum.

- Carlos (ADS/SP):Problemas do cooperativismo. Defesa da cooperativa de reaproveitamento.

- Antonio José (Obras Kolpping): Limites da legislação: presença de alguns parlamentares no evento que levem essa demanda;

Distinção dos conceitos: falas das mesas do primeiro dia sobre micro-crédito;

Integração dos projetos: articulação dos projetos e troca de experiências entre os projetos.

Necessidade de educação/capacitação para o coletivo, para vencer o individualismo.

- José Paulo (Unicafes):No marco jurídico a questão é mais ampla. O marco legal das cooperativas é de 1961, antiquado, tratamentos iguais para situações diferentes. Na área produtiva, a legislação solidária passa pela mesma burocracia e não dá conta das necessidades. Esse evento tem que apontar para um processo de mobilização da sociedade para reverter o quadro, em especial para a questão da ASA. Dialogar e esclarecer ao máximo o TCU marcando presença forte.

Réplica dos Expositores:

- Rogério: empresas que fazem investimento no Brasil são obrigadas por suas leis de origem a estabelecer práticas de responsabilidade social empresarial. Pesquisa do CERIS sobre os investimentos das empresas internacionais descobriram que as empresas não tinham conhecimento da legislação da OCDE, ou não praticavam. Se não nos organizarmos para o diálogo coletivo, não dará certo.

- Haroldo: limite entre microfinanças e finanças solidárias que buscam a descentralização das políticas. Ausência das organizações, necessidade de força política organizada. Necessidade de criar uma agenda, um ambiente favorável, oferta de crédito e um programa. Temos que repensar a questão da empregabilidade, a formalidade.

- Ademar: Formas de devolução não monetárias, moedas sociais como: sementes, galinha, serviços prestados á comunidade. Fundos não dispensam o monetário, mas outras formas se agregam. Cuidado com a discussão de responsabilidade social, o terceiro setor não quer regular essas relações. Necessidade de organização para fazer um diálogo coletivo e inclusão social com transformação. A burocracia estatal não pode asfixiar as iniciativas da população.

- Naidson: A Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional não tem o poder de decisão política para resolver a solução das questões. Muito das defesas da lei 8.666, do pregão... são em defesa da transparência, mas a sociedade civil faz cotações de preço, pois o dinheiro é escasso e se faz necessário comprar mais barato. A 8.666 não foi criada para a sociedade civil, mas sim para o Estado.



*"...Nesse momento o grande desafio é de ver reconhecida essa prática [dos fundos solidários] da sociedade, ver reconhecida a nível do estado, do governo, de forma que isso, ao ser reconhecido, pode ser considerado como uma questão de direito, o direito de acesso, com liberdade, com autonomia e com perspectivas emancipatórias e de auto gestão de recursos para as atividades da economia solidária ."*

Fonte: Ademar Bertucci, Cáritas Brasileira, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Comitê Gestor Fundos Solidários (Vídeo Seminário de Fundos Solidários Lagoa Seca-Paraíba, 2007)

## **Por uma política/um programa nacional de apoio a Fundos Solidários: debate do texto de referência e trabalho de grupos**

Bárbara apresenta o texto de referência, construído pelo Comitê Gestor, que é reproduzido no início do Caderno (veja página 10).

Os fundos conseguem criar uma ponte entre as famílias que recebem transferência de renda e os projetos de inclusão produtiva e economia solidária para superar as condições de empobrecimento. Daí a necessidade da criação de uma política nacional de fundos solidários.

### **TRABALHO EM GRUPOS**

Após a apresentação os participantes foram convidados a trabalhar em 5 grupos, previamente formados pela coordenação do seminário de acordo com as experiências e territórios de origem. Os trabalhos aconteceram durante três horas.

### **A METODOLOGIA**

A assessoria de apoio metodológico orienta os participantes, quanto a: como proceder nos trabalhos para que se chegue ao objetivo desejado; o grupo é apoiado por 1 coordenador metodológico que é membro do Comitê; O grupo elege entre os participantes um relator/a com o papel de registrar todas as propostas e contribuições e apresentar as resoluções do grupo por escrito a comissão de coordenação. Compor a equipe de sistematização da síntese final. Os grupos são orientados, também, para guardar todas as propostas para servirem de subsídio para a construção final do documento/ produto do seminário a ser entregue às autoridades governamentais.

Objetivo do trabalho dos grupos:

- Refletir sobre os fundos solidários e sua pertinência como um instrumento de política pública de economia solidária, segurança alimentar e desenvolvimento territorial sustentável;
- Elaborar proposições de curto, médio e longo prazo;
- Construir uma agenda.

### **A pauta de trabalho dos grupos:**

1 - Que elementos de fundamento devem conter uma proposta de política para fortalecer os Fundos Rotativos Solidários?

Tempo: 1 hora no total

2 – Quais as contribuições para melhorar a proposta apresentada no item 3 do texto apresentado. (por escrito) Pode ser três categorias: supressão, alteração, inclusão. As propostas servirão de subsídio para o futuro do trabalho.

Tempo: 30 minutos no total

3 – Construção de uma agenda.

Quais os próximos passos e estratégias após este seminário?

Construção de um painel com os seguintes itens:

AÇÃO/COMO?/QUANDO?/QUEM?

Tempo: 1 hora no total.

Segue abaixo o texto consolidado pela equipe de sistematização com base na contribuição dos grupos:

### **FUNDAMENTOS IMPORTANTES PARA A FORMAÇÃO DA POLÍTICA PÚBLICA<sup>5</sup>:**

Partir de diagnóstico claro: Identificar a situação da Economia Solidária no Brasil e as principais barreiras para o desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários e dos instrumentos para seu financiamento.

Identificar as experiências bem sucedidas. Realizar e divulgar análises fundamentadas em dados, fatos e estatísticas para a formação das políticas públicas.

Desenvolver uma estratégia clara: Com base no diagnóstico realizado, buscar soluções para remover as barreiras identificadas e empreender esforços para replicar as iniciativas bem sucedidas.

Respeito e fortalecimento das dinâmicas comunitárias.

Promover o protagonismo e o resgate da cidadania: Fomentar a criação e o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários de finalidade produtiva com efetiva participação dos trabalhadores em sua elaboração, criação e condução.

Construção da gestão democrática garantido a participação da sociedade civil no desenho e na execução das políticas, a transversalidade e o Controle Social a partir de critérios e indicadores pré estabelecidos que transcendam as exigências formais.

Ter uma visão ampla: Considerar todo o ciclo de desenvolvimento dos empreendimentos econômicos solidários, de forma que existam instrumentos de

---

<sup>5</sup> As contribuições que não estão aqui nesse texto serão reservadas para as considerações futuras do Grupo de Trabalho de Fundos Solidários.

financiamento para atender a todas as fases do desenvolvimento, atingindo a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Política dos fundos integrada as demais políticas, tendo clareza que os fundos solidários não têm fim em si mesmo.

Considerar fontes diversas de recursos: Levar em consideração a existência de fontes de recursos diversas, públicas e privadas, para custeio e para investimento dos fundos solidários.

Garantir que os recursos não sejam retornáveis para a fonte de origem.

Garantir que o público alvo da política dos fundos tenha foco nas famílias mais pobres e no público não atingido pelas políticas de crédito vigente nas diferentes modalidades e a partir das comunidades mais pobres, buscando recuperar a auto-estima familiar.

Estabelecer marco regulatório: Construir ou reformar o marco legal para que a política nacional de apoio a economia solidária seja eficaz e eficiente.

Promover o desenvolvimento sustentável local centrado no desenvolvimento humano: Fortalecer os processos de mobilização social gerando condições para que os indivíduos das comunidades mais pobres possam decidir sobre seu destino, podendo permanecer em suas comunidades.

Garantir a equidade distributiva.

A política de fundos deve ser integrada com as demais políticas.

Construir uma nova mentalidade que fortaleça a cultura do coletivo e da solidariedade.

Construir mecanismos de comunicação de forma que considerem a realidade do público a que se destina.

Precisamos trabalhar o marco legal com a diversidade cultural e territorial do país, não tem como criarmos uma lei única para todos.

Vincular a segurança alimentar com a economia solidária, não podemos ficar só na área de geração de trabalho e renda e sistematização.

2 - As contribuições para melhorar a proposta apresentada no item 3 do texto/documento subsídio para o seminário.

ELEMENTOS PARA UM PROGRAMA/POLÍTICA NACIONAL DE APOIO AOS FUNDOS SOLIDÁRIOS (item 3)

Observação dos editores: O texto atualizado com os resultados do trabalho de grupo encontra-se no item 3 do Texto "Por um Programa uma política Nacional de Fundos

Solidários, p. POR UM PROGRAMA/UMA POLÍTICA NACIONAL DE FUNDOS SOLIDÁRIOS 14 nesse volume. Optamos por não reproduzir a agenda construída no Seminário, porque foi um instrumento de gestão que tinha relevância prática no momento específico após do Seminário em 2007. O processo acabou não seguindo a agenda elaborada, o Grupo de Trabalho não chegou a ser formalizado. O Comitê Gestor Ampliado continua se reunindo e avançou em alguns aspectos da mobilização. Porém, até a data dessa publicação a política/o programa nacional dos Fundos Solidários não chegou a se concretizar. A agenda política concordada está documentada no Relatório do Seminário. O Comitê Gestor pode disponibilizar cópia para pessoas interessadas.

### **Oficinas Orientadas: os fundos solidários dentro da política de finanças solidárias:**

Cooperativismo de crédito – Coordenação: Gilmar Carneiro, ANCOSOL.

Programa Nacional de Crédito Produtivo Orientado: Almir da Costa Pereira, MTE.

Bancos Comunitários: Sandra Magalhães, Banco Palmas.

Abaixo, sínteses das oficinas apresentadas por relatores.

#### **A. Cooperativas de Crédito**

Pontos discutidos durante a oficina:

1- Apresentação da atual situação das cooperativas no Brasil: a questão do Projeto de Lei de autoria de Sérgio Guerra. A discussão está parada, e o PLS 171 foi arquivado devido ao final da legislatura. O Presidente da Unicafe, José Paulo Ferreira, não tem interesse em desenvolver a legislação referente à agricultura familiar.

2- Diferenciar as definições de Fundo Solidário e Fundo Rotativo Solidário e tornar isso claro entre as cooperativas e pessoas envolvidas.

3- Marco Legal com relação ao cooperativismo de crédito: é preciso estimular decisões políticas para favorecer a recepção de convênios, repasses e empréstimos.

4- Viabilização de recursos de forma ágil, para promover o desenvolvimento de comunidades. A Ancosol está desenvolvendo trabalhos de parceria junto ao Banco do Brasil, para levar recursos a agricultores que não estão sendo beneficiadas pelo Pronaf e outros serviços financeiros.

5- O problema de circulação da moeda nos fundos solidários. Microcrédito produtivo não flui, pois a forma de trabalhar está errada (a premissa do BNDES está errada). No governo Lula, o BNDES parou o repasse de recurso. As experiências com os fundos solidários não são sistematizadas, não há metodologia.

6- O sistema cooperativo: explicação sobre o seu funcionamento.

7- O Brasil está atrasado com relação à organização do microcrédito produtivo e dos fundos solidários.

8- Relato de experiências concretas – modalidades de fundos solidários:

MOC fez projeto para famílias e comunidades distantes na região do Sisal e do Piemonte, onde as cooperativas foram pontos intermediários do repasse de recursos. Todas as famílias foram contempladas.

As cooperativas começam a perceber que, dentro de seu universo, há um grupo que não consegue movimentar o capital social da cooperativa. Dentro desse contexto, a cooperativa do Vale do Itapecuru criou um fundo social solidário para alimentar esse grupo, para liberar o recurso e orientar essas pessoas para usar seja para montar uma barraca em feira, cuidar de animais na propriedade, entre outros exemplos.

9- A necessidade de se fazer uma diferenciação entre grandes cooperativas e pequenas.

10- O fundo solidário funciona como “porta de saída”, onde há exigência da contrapartida, e não de se perpetuar a assistência pura e simples, para inclusão de pessoas em uma vida produtiva.

11- Campo versus Urbano: o cooperativismo deve ser discutido apenas no âmbito do campo? A falsa idéia de que as pessoas que residem na cidade não enfrentam problemas.

12- Fundos rotativos urbanos: há poucos e são informais. Nessas condições, não conseguem pegar dinheiro de repasse.

13- Fundo solidário é necessário e possível.

14- As cooperativas vêm funcionando onde há uma sociedade organizada, com sindicatos e (ou) igrejas (religiões).

15- Necessidade de se criar rede de economia solidária organizada, como a Ancosol. Integração com o mundo produtivo.

16- Banco Central: modificar a questão das cooperativas urbanas, a lógica do cooperativismo aberto.

17- Cooperativas de habitação, federação de associações urbanas, entre outros: há necessidade de criar organizações no meio urbano de forma fortalecida.

18- Atuação em rede, com mobilizações.

19- O cooperativismo de crédito como ferramenta para executar o fundo solidário.

20- Protagonismo: comunidades atuando para fortalecer a economia solidária.

21- Fomentar o cooperativismo como estratégia.

(resumo apresentado pela relatoria do grupo)

## **B. Microcrédito (resumo) – Apresentação**

Programa Nacional de Micro-crédito Produtivo Orientado:

Habilitação – Forma de organizar o acesso das instituições ao programa.

Os programas de Microcrédito devem ser plurais, porque o seu público é plural.

Só podem operar com micro-crédito OSCIPS, SCM, IFO e Cooperativas.

A maioria do dinheiro é usada em atividades informais.

Lei Federal 2% dos depósitos à vista podem ser remetidos para o programa de micro-crédito, bancos (Real, BNB, BASE).

Está padronizado um modelo de controle contábil. (Houve uma discussão com a FEBRABAN).

Planseq – 1000 vagas para a formação de microempreendedores.

(resumo apresentado pela relatoria do grupo).

## **C. Bancos comunitários (resumo) – Apresentação**

Sandra (Banco Palmas/Fortaleza-CE) - explicou sobre o banco comunitário o seu funcionamento e o uso da moeda social (palmas). Uma espécie de cédula de papel que se transforma em dinheiro. Os comerciantes trocam esta cédula em real no banco palmas.

Cada crédito vale entre 100 a 500 reais. A experiência começou com cartão de crédito. Foram apresentados alguns slides de explicação sobre os bancos comunitários.

(resumo apresentado pela relatoria do grupo)

### **Reunião dos projetos apoiados pelo PAPPS (BNB/Senaes).**

As entidades participantes resolveram trocar mais experiências e realizar um seminário em maio, na Paraíba. O seminário aconteceu em Lagoa Seca em junho de 2007. Veja relatório no final deste caderno (p. 60)

### **Apresentação da carta de conclusões e Mesa de Encerramento**

A equipe de sistematização elaborou uma carta, produto das discussões dos grupos a ser entregue às autoridades. Apresentação da carta à plenária para ajustes e consolidação com os participantes. Veja a Carta no próximo documento (p. 49)

### **Mesa 3 – Elementos para a formulação de uma política pública de fundos solidários**

Heliana Kátia Campos (SAIP/MDS), Dione Manetti (SENAES/MTE), Márcia Lopes (Secretária Executiva do MDS), Alencar Esperidião (Etene/ BNB), Chico Menezes (Secretário Executivo do CONSEA), Vital Filho (SDT/MDA), Robson Rocha (Banco Popular do Brasil), Ademar Bertucci (leitura da carta).

Coordenação: Haroldo Mendonça (SENAES)

- Heliana Kátia Campos (SAIP/MDS) - Repassa um abraço fraterno e carinhoso.
- Dione Manetti (SENAES/MTE)- A esquerda faz as coisas mais belas. Mas, não divulga. Síndrome de clandestinidade. A diversidade dos participantes aqui hoje demonstra a capacidade de articulação que o tema engendra. É um processo começado pelo Presidente Lula, de trazer a sociedade para o Governo e construir políticas conjuntas.
- Robson (Banco Popular) - O Banco Popular participa e acha muito importante este movimento. Após a leitura da carta, é visível como os fundos solidários fazem parte de sua corrente sanguínea. Parabéns e queremos ser parceiros.
- Alencar (BNB) - A primeira vez que se mencionou os Fundos Solidários e que o edital seria redigido por vários atores, fui chamado de louco por um gerente. Estávamos pensando no desenvolvimento. Estávamos pensando a longo prazo. O mais difícil não foi o diálogo com os movimentos populares, mas o diálogo interno no Banco. Provamos que é possível desviar da burocracia, sem ferir a Lei. O Governo Lula quebrou várias amarras burocráticas, com o objetivo de ajudar os pobres.

Leitura da carta para as autoridades presentes

Ademar Bertucci - Antes da leitura, contextualiza a carta como o resultado dos três dias de discussão e prova de unidade e capacidade de trabalho das entidades participantes. Considera que este é um momento simbólico que, também, é resultado de dois anos de trabalho da experiência com o Programa de Fundos Solidários na parceria BNB/Senaes.

Após a leitura a palavra é aberta aos participantes:

Waldir - Articulação do Semi-Árido (ASA). Todas as ações para o Nordeste provam de cima para baixo (até hoje) lógica de negócio. Desenvolvimento é ter comida. Desenvolvimento é quando a sociedade participa. Não queremos que hoje fique só em discussão. Queremos ação. Não queremos negócio, queremos desenvolvimento.

Aguinaldo (CARITAS) - Está feliz com o Seminário, a avaliação e proposições. Apelo: Vamos nos voltar também para o urbano, para as regiões metropolitanas. Temos que avançar os Fundos Solidários para essas áreas. (Inclusão econômica e produtiva).

Sandra (Banco Palmas) - Tivemos três dias de reflexão. Um encontro importante para a interação entre todos que praticam os Fundos Solidários. Percebemos que os

desafios requerem nossa união. Temos diferenças, mas também complementaridade. Estamos na mesma luta. Tudo que fizemos até agora é pouco. Precisamos ousar, precisamos trabalhar mais. Essa carta é fruto de nossa história, mas ainda é pouco.

Tendo em vista o PAC, devemos criar um programa de apoio à economia solidária.

Cléia José - Fase -Estamos em um momento político único. Esperamos um novo paradigma de gestão pública. (Um Estado que priorize os pobres). O esforço político do BNB é muito importante. Mostra que o caminho é árduo, mas é possível.

José Paulo (UNICAFES) - Reforça a importância do momento. O exemplo do BNB quebra a noção errada que perpassa a mentalidade econômica nacional. Várias ações concretas já existem e devem ser divulgadas. Estamos construindo um novo Brasil. Se não estivermos abertos a aprender uns com os outros, vamos falhar. Já foi o tempo da desconfiança. Enfatiza a importância do diálogo com o TCU e afirma a necessidade de um novo modelo. Precisamos de um entendimento. Vamos aproveitar o momento de abertura do Estado para conquistarmos nosso espaço. O debate é importante. Não podemos ter um olhar desconfiado para o Governo, mas vamos somar. Ou nós somamos, ou não conseguiremos dar sustentabilidade aos nossos projetos. E relembra a fala de Luis Marinho: "Se os bancos públicos não fazem políticas públicas, qual então é sua função?"

Elias (Ministério das Cidades) - Nós do Ministério das Cidades queremos nos integrar a esse esforço. A criação da política nacional sobre Fundos Solidários é cada vez mais importante, na medida em que se insere na política para áreas urbanas do segundo mandato. Não basta a infra-estrutura, temos que integrar as cidades. O grosso da pobreza no Brasil, está nas cidades. Há um campo enorme para a economia solidária nesses lugares. Não bastam somente bancos. Devemos criar e agregar novas tecnologias financeiras. Temos que incorporar essa visão ao país real, existente.

Elias Araújo (Secretaria Nacional de Meio Ambiente)- Vamos somar nossos esforços para, também, incluir o meio ambiente em nossas discussões. Estamos aqui, graças à sociedade civil e gestores públicos comprometidos. Precisamos desentravar os instrumentos normativos de um Estado que desconhece o modo de vida de grande parte da população. Essa é uma luta de todos. Compromisso da Ministra Marina Silva com vocês.

A palavra volta para as autoridades da mesa.

Alencar (BNB)- Em março, lançaremos novo edital. Destaca na carta. Marco Legal é uma discussão importante. Poderíamos convidar o TCU a participar e observar nossas políticas.

Robson Rocha (Banco Popular) - Devemos reconhecer os avanços realizados com o Governo Lula. Não é o bastante, mas, é a primeira vez que a Sociedade Civil e o Governo trabalham juntos em tantos temas. O Banco Popular já tem uma parceria com o Banco Palmas. Reconhecemos a inspiração do BNB com um esforço pequeno, mas importante. Queremos fazer parte dessa luta. Somos recentes, mas queremos trabalhar. Queremos ser um parceiro. "Se muito vale o que já foi feito, mais vale o que virá."

Dione Manetti (MTE/Senaes) - Os primeiros quatro anos do Lula foram difíceis. Reconstruímos o Estado. O Estado agora está sintonizado com a sociedade. Temos limites orçamentários para os nossos sonhos. Mas não paramos de sonhar. Se os organismos internacionais podem financiar Fundos, porque o Estado não pode. Estamos subvertendo a lógica de um Estado que não foi criado para incluir, pelo contrário. A rigorosidade da leitura da Lei impede que todas as suas políticas sejam 100%. O MDS fez um esforço de compor conosco uma nova releitura do Programa de Agentes de Desenvolvimento Local, onde o Bolsa Família teria um peso muito maior.

Vamos realizar parcerias com o BNB, BB e Banco Palmas.

Sobre a carta, considera que do "Ponto de vista de Governo" temos que diferenciar uma política incapaz de uma política insuficiente. PRONAF, PAA são importantes apesar da insuficiência em recursos e estruturas. São realidades válidas.

Quanto ao GT sobre Fundos Solidários deve integrar-se ao Conselho Nacional de Economia Solidária para evitar a duplicidade de ações. Deve aprofundar mais a proposta presente na carta. Devemos nos atentar para a importância de olhar para o Governo em reconhecimento e melhora das políticas do mesmo. Antes de construir algo, devemos melhorar o que já existe.

Vital (MDA) - Reafirmamos o compromisso do ministério para a Economia Solidária.

Achamos a carta procedente e a apoiamos. Devemos achar meios para fazer cada vez mais. Apesar de toda a burocracia maluca, estamos conseguindo atuar. Devemos ter clareza propositiva, saber o que queremos. O gestor público vive em um campo de disputa, nem todos os companheiros atendem nossos propósitos. Vocês, Sociedade Civil, é que nos dão força.

Chico Menezes (CONSEA/Ibase) - O fim é um misto de alegria e tristeza. Esta é uma oportunidade histórica para a população mais sofrida. Promoção de direito. Ajuda. Seu reconhecimento como pessoa. Os programas do Governo cumpriram seu papel nesta 1ª etapa Lula. A 2ª etapa: Integrar os programas fragmentados. Principalmente, os programas estruturantes. Esse é o cumprimento de nossa oportunidade histórica. Devemos aplicar em escala esses programas. A pobreza no Brasil é complexa e exige diferentes respostas integradas. A consolidação nesse Seminário insere-se nessa necessidade de integração de nossas políticas. O aspecto da intersetorialidade é a luta contra a fragmentação política, uma grande característica desse Seminário.

Foi feliz a ênfase do documento no PPA.

Convido todos para o Seminário do CONSEA, em março e para a 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar. É fundamental que a economia solidária se integre à política nacional de segurança alimentar. Vamos abrir recursos públicos para viabilizar nossos programas. Somente nossos esforços possibilitarão isso.

Márcia Lopes (MDS) - O PAC deve acompanhar e possuir uma política social. Nós também nos indignamos com a maneira que a máquina pública foi criada de uma forma

excludente, para impedir nossas inovações sociais. Reitero o compromisso do MDS com a implementação de nossas políticas.

Nós do MDS também enfrentamos problemas com o TCU. O esforço deste Governo em acabar com a desigualdade social, sofre ataques de todos os lados. A diretriz do Presidente é para que as políticas se integrem apesar dos entraves de dinheiro, legais e de vontade. O MDS procura sempre se integrar com os diferentes esforços. Queremos acabar com a lógica antiga de assistencialismo, clientelismo. Não há direito assegurado fora do Estado. É dever do Estado. Queremos olhar a diversidade do Brasil com a complexidade que lhe é característica.

Trabalhar com recursos não retornáveis, para criar e desenvolver mecanismos que garantam a sustentabilidade dos empreendimentos. Nós devemos construir juntos. Alterar a natureza das coisas que não funcionam.

Sobre a Carta, concordo com Dione. Não podemos criar novas propostas anulando as já existentes. Queremos fortalecer a articulação entre as três esferas de Governo. A sociedade civil deve cobrar de cada uma das três esferas (municipal, estadual e federal) exercerem seus papéis. Sistema de Informação capaz de ampliar este esforço de divulgação. No controle social é preciso fortalecer os Conselhos. Devemos ter a disposição e coragem de criar um novo Marco Legal. Vamos trabalhar juntos e fazer uma discussão compartilhada.

### **Considerações e recomendações:**

Este seminário foi extremamente oportuno diante do contexto nacional: início do novo mandato do Presidente; discussão no governo e na sociedade sobre o lançamento do PAC e a necessária complementação de ações sociais; próximo a Conferência Nacional de Segurança Alimentar que irá debater estratégias de geração de trabalho e renda; e, preparação da mobilização para o Plano Plurianual.

A articulação das entidades que praticam experiências de fundos solidários e àquelas no campo das finanças solidárias formam uma constelação que conspira positivamente para a concretização das propostas aprovadas no seminário. Inclusive, permitindo ao governo e a sociedade civil debaterem com suas visões e papéis específicos uma proposta de ação de forma participativa como convém a construção da democracia.

No campo governamental, ainda, ampliaram-se os espaços institucionais possíveis de implementar fundos solidários, como ficaram registradas as opiniões e compromissos dos Ministérios do Meio Ambiente e das Cidades.

A disponibilidade e o interesse do Banco do Nordeste em inovar em programas e ações que coloquem o Banco mais integrado as dinâmicas do desenvolvimento regional é um elemento de fundamental importância devido ao papel que pode desempenhar frente as instituições públicas, notadamente àquelas relacionadas ao mundo financeiro na quebra de padrões burocráticos, precisamente ao apontar saídas e possibilidades reais de atuação de um banco de desenvolvimento frente as inovações da sociedade e suas respostas para a

superação das desigualdades e da exclusão social. Ou seja: o BNB é o aliado número um deste novo momento nas discussões para ampliação do programa e o estabelecimento de novos patamares de uma estratégia para os fundos solidários.

O papel da SENAES é colocar esta discussão no Conselho Nacional de Economia Solidária como um dos elementos que concretiza as decisões da 1ª Conaes no que se refere às finanças solidárias.

O MDS demonstrou pela participação e depoimentos de vários Secretários, Diretores e do Ministro que esta discussão está na agenda.

Para as entidades participantes foi um momento de especial reconhecimento e construção de identidade, questão fundamental para levar adiante as decisões do seminário. O desafio está em consolidar esta identidade publicamente. Desta forma o GT a ser criado terá na experiência do Comitê uma referência política construída. Assim, as entidades que o compunham são as protagonistas deste atual contexto.

Finalmente, a conjuntura exige decisões e articulações rápidas. A carta, portanto, é um instrumento importante para levar adiante as negociações e como uma referência para aprofundar o debate entre as entidades da sociedade civil, junto com o documento aprovado, que melhorou o texto que subsidiou todas as discussões preparatórias.

Responsabilidade Técnica do relatório:

Alzira Medeiros

Mila Braga de Lima

Brasília, março de 2007.



*"A nossa idéia é que essas experiências [de fundo solidário] venham se associar ao Programa Fome Zero, que essas famílias não fiquem eternamente dependendo desses recursos, dessa doação que o governo faz para essas famílias, mas que elas vão criando suas condições, suas capacidades de viver com seu próprio trabalho, e os fundos rotativos permitem isso. Permitem que as famílias tenham acesso aos recursos para construir suas experiências, suas atividades econômicas, e que possam, aos poucos, criar sua autonomia."*

Camelo Rocha, ASPTA, ASA Paraíba, Membro, Comitê Gestor, Fundos Solidários (Vídeo Seminário Fundos Rotativos no Semi-Árido, Paraíba 2007)

## **CARTA DO SEMINÁRIO NACIONAL DOS FUNDOS SOLIDÁRIOS ÀS AUTORIDADES DO GOVERNO FEDERAL**

(Brasília, 06, 07 e 08 de fevereiro de 2007)

Nós, representantes de entidades gestoras de fundos solidários, membros de vários Conselhos e Fóruns, entidades financeiras, representantes de trabalhadores da Economia Solidária, cooperativas de crédito, bancos comunitários, órgãos governamentais, agentes de desenvolvimento solidário, igrejas, e parlamentares com atuação no campo das finanças solidárias, reunidos durante o Seminário Nacional de Fundos Solidários em Brasília vimos propor o seguinte:

Considerando:

Que implementar políticas que transcendam ações substancialmente assistenciais apresenta-se, na atual conjuntura, como um desafio aos gestores públicos e à sociedade civil;

que reconhecidamente, as ações desenvolvidas pelo atual governo nesta direção, como o programa Bolsa Família, a ampliação do PRONAF, o PAA, a popularização do crédito bancário, o Programa de Micro-crédito Produtivo Orientado (PNMPO), o apoio a iniciativas de economia solidária, entre outras, têm contribuído significativamente para o enfrentamento deste desafio;

que, todavia, constata-se que as ações de governo voltadas para o financiamento da economia popular e solidária baseadas na expansão do atual sistema financeiro são insuficientes para propiciar a promoção da cidadania para aqueles que se situam fora da dinâmica convencional de mercado em virtude do caráter de programa seletivo, pela exigência de viabilidade econômica, da capacidade gerencial instalada, e ainda, com cobrança de juros, para uma população que vive em locais de incipiente dinâmica socioeconômica carecendo de políticas específicas;

que, em face das limitações e entraves impostos pela legislação que rege a transferência e repasse de recursos orçamentários, faz-se necessário a revisão/construção de um marco legal/regulatório que verdadeiramente atenda aos pressupostos, objetivos e perspectivas dos Fundos Solidários no âmbito da economia solidária.

Afirmamos que a rica experiência histórica de trinta anos desenvolvida por entidades da sociedade civil no fomento de fundos solidários de apoio a iniciativas de produção e organização comunitária e empreendimentos solidários representa uma das respostas de política estruturante para promover a inclusão produtiva e social da população empobrecida;

Reivindicamos a criação de um Programa/Política Nacional de Apoio a Fundos Solidários, cujas características apresentamos abaixo:

Elementos para a Política/Programa:

Política/Programa que seja inserido na construção da política de finanças solidárias, tal como prevista na I Conferência Nacional de Economia Solidária;

Acúmulo de experiências e práticas de Fundos Solidários existentes nas suas mais diferentes formas de manifestação;

Protagonismo e o fortalecimento da cidadania dos sujeitos coletivos, grupos, comunidades, trabalhadores coletivos;

Processos de mobilização e organização comunitária;

Gestão democrática que assegure a participação da sociedade civil na elaboração, execução e controle da política/programa;

Transversalidade e ou intersectorialidade que permita a integração com as demais políticas, em especial a de Segurança Alimentar e Nutricional;

Articulação entre os três níveis de estado: federal, estadual e municipal;

Concepção de Desenvolvimento Sustentável e Solidário: econômico, social, cultural, ambiental e político;

Fontes de recursos diversificadas asseguradas em orçamento, fundos existentes não retornáveis.

Público Potencial:

Beneficiários de programas de transferência de renda do Governo Federal, e aqueles que, embora não tenham acesso aos mesmos, encontram-se em condições semelhantes, tais como: resgatados do trabalho escravo, portadores do vírus da Aids, os safristas (trabalhadores temporários), prestadores de serviços, que não estão no mercado por períodos pequenos de tempo, entre outros.

Grupos de produção de bens e serviços, comercialização, associações, cooperativas, grupos de compra coletiva e demais formas de trabalho coletivo da economia popular solidária, constituídos por pessoas de baixa renda.

Organizações promotoras:

Associações (Ong's), Fundações, OSCIP's e Organizações de Auto-gestão (associações, cooperativas) com comprovada experiência no fomento de fundos solidários e outras que surgirão.

Iniciativas a serem apoiadas:

Iniciativas que trabalham na linha da economia popular solidária, tendo as seguintes características, entre outras:

Metodologias de protagonismo comunitário e autogestão: o poder de decisão sobre elaboração, planejamento e execução das atividades e aplicação de recursos está centrado nos participantes e suas organizações comunitárias.

Abertura para uma grande diversidade de práticas solidárias dos fundos, no que diz respeito a devolução de recursos: devolução integral ou parcial, em dinheiro, produto ou serviços, práticas de troca, moeda social etc.

Visão do desenvolvimento local sustentável (econômico, ambiental e social): melhoria na qualidade de vida do participante e da comunidade em todos seus aspectos econômicos e sociais: renda familiar, segurança alimentar e nutricional, cidadania plena (que inclui fortalecimento da organização comunitária), dignidade, autocontrole sobre seu destino, manifestações culturais, preservação do meio ambiente.

Iniciativas produtivas e de infra-estrutura comunitária e familiar, com utilização/ desenvolvimento de tecnologia apropriada.

Articulação desses grupos de economia popular com entidades animadoras e gestoras do programa.

Iniciativas que respeitem as questões de gênero, raça e etnia.

Produção de tecnologias sociais inovadoras.

Assistência Técnica prestada aos grupos comprometidos com os Fundos Solidários.

Natureza dos recursos:

Os recursos financeiros devem ser não-retornáveis para a fonte financeira de origem. Deste modo, os financiamentos comprometidos com os projetos populares retornam exclusivamente aos FS's – locais, micro-regionais, estaduais etc. – conforme práticas e formas de retorno decididas pela comunidade, ou organização de participantes, em conjunto com as entidades fomentadoras.

Destino dos recursos da política/programa:

Fomento para os fundos rotativos, fundos solidários;

Infra-estrutura e desenvolvimento institucional das organizações promotoras;

Ações de educação e difusão das finanças solidárias;

Gestão dos fundos, que contemple mobilização, capacitação, organização social, monitoramento e avaliação;

Articulação das redes de fundos solidários;

Sistematização e multiplicação das metodologias e das tecnologias sociais apreendidas na implementação dos fundos rotativos solidários no âmbito da economia popular e solidária.

#### Princípios de Gestão Democrática do Programa/Política

Gestão compartilhada entre governo e sociedade civil;

Credenciamento de entidades com experiência comprovada e habilitação de novas entidades de execução e parceiras do Programa;

Criação de mecanismos descentralizados de controle social sobre o Programa, gestão descentralizada.

Seleção de propostas por edital pública.

Apontamos para a necessidade de mudanças no marco legal para viabilizar a utilização de recursos públicos para apoiar as iniciativas de economia solidária e desenvolvimento local e sustentável desenvolvidas pelas próprias comunidades pobres.

#### Agenda de Compromissos

Para avançar a elaboração do Programa Nacional de Fundos Solidários e o encaminhamento de projetos de lei que resolvem os entraves identificados propomos a seguinte agenda de compromissos:

##### Recursos:

Esforços para ampliação dos recursos do atual projeto BNB-SENAES e negociação com as demais agências do governo e de cooperação internacional com recursos não retornáveis visando a extensão de atuação para outras regiões do país nos limites do atual marco legal;

Formulação do Programa/política nacional nos moldes indicativos previstos pelo documento propositivo para ser incluído no PPA com indicadores de volumes de recursos compatíveis.

Marco legal: Mobilização para negociação dos atuais entraves jurídico-burocráticos visando:

Constituição de uma consultoria jurídica de ilibada reputação para emissão de parecer que possa contribuir para melhorar a compreensão sobre as interpretações correntes do TCU sobre a matéria.

Identificação e diagnóstico dos entraves normativos, procedimentais e legais ao funcionamento dos fundos solidários e elaboração de um estudo com recomendações sobre as alterações e revisões pertinentes.

Rede de fundos solidários:

Ampliação do mapeamento iniciado no nordeste para todo Brasil

Processo de mobilização, visibilidade e comprometimentos dos diversos entes que atuam ou têm interesse na criação e fortalecimento de uma rede nacional de fundos solidários que contemple toda sua diversidade e capilaridade.

Processo de debate e construção do programa/da política nos espaços públicos de representação política e participativa:

Conselhos de participação: Conselho Nacional de Economia Solidária, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar, Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conselho Nacional de Ação Social e Conselho Nacional das Cidades.

Articulação de frente parlamentar

Apresentação do programa/política na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional.

Grupo de trabalho:

Criação de um grupo de trabalho com representação de governo e sociedade civil, em torno de 12 pessoas, com acúmulos sobre fundos solidários e legitimidade junto aos movimentos; setores envolvidos e comprometidos com Fundos Solidários.

Recomendação: que essa composição contemple parte da sociedade civil e as redes nacionais com capilaridade nacional (FBES, FBSAN, ASA, Mutirão da CNBB, Rede de articulação de fundos de pequenos projetos).

Brasília, 08 de fevereiro de 2007.

Plenária do Seminário Nacional de Fundos Solidários.



*"Os Fundos Rotativos Solidários têm a função de resgatar, na base produtiva das comunidades organizadas, viabilizando projetos econômicos que têm a marca da segurança alimentar, a marca da organização solidária, e têm resgatado a produção, a convivência com o semi-árido de vastos segmentos da população organizada no Nordeste do Brasil"*

Eduardo Girão, Consultor, Banco do Nordeste, membro, Comitê Gestor Fundos Solidários (Vídeo Seminário Fundos Solidários Semi-Árido, Lagoa Seca 2007)

## **FUNDOS SOLIDÁRIOS/ROTATIVOS: APOIO A PROJETOS PRODUTIVOS SOLIDÁRIOS**

**Selvino Heck**

### **A realidade**

As 11,1 milhões de famílias que recebem o Bolsa Família, as mais pobres do país, precisam de um instrumento de apoio para que possam construir as 'portas de saída', provendo seu auto-sustento e sua emancipação. Hoje não existe nenhum programa governamental que garanta este apoio, a não ser alguns tipos de PRONAF, para o meio rural. Há um vácuo de crédito para famílias como as que recebem o Bolsa Família, e que precisa ser ocupado.

Os programas de micro-crédito existentes têm atendido as demandas de pessoas que já estão no mercado, não disponibilizando acesso para segmentos da população não economicamente ativa. Além disso, são programas seletivos, pelo fato de exigirem que os pretendentes a financiamentos comprovem a sua permanência e viabilidade econômica no mercado. Isso dificulta ou até elimina a possibilidade de um cidadão trabalhador conseguir um financiamento para implantar um novo negócio.

Uma política pública nacional de apoio a fundos rotativos solidários

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), integrado por centenas de grupos de economia solidária, instituições e organizações sociais, propõe que, aproveitando as redes e articulações já existentes, se construa uma política nacional de apoio a fundos rotativos solidários. Só no Nordeste existem hoje 180 organizações que trabalham com fundos de crédito solidário. Imagina-se que existam hoje no Brasil mais de 15 mil empreendimentos e grupos de geração de trabalho e renda que, potencialmente, podem ser participantes ou estão à espera de apoio.

A idéia é disponibilizar recursos financeiros, não reembolsáveis e sem burocracia para viabilizar experiências de fundos rotativos solidários, projetos associativos e comunitários de produção de bens e serviços. Os recursos podem ser originários do FAT, de fundos de ação social, serem de origem orçamentária ou de bancos públicos.

As redes e articulações da sociedade já existentes, como as cooperativas de crédito, a ABCRED, os fundos solidários produtivos, os fundos de organização da sociedade tipo CERIS ou CESE, podem fazer a gestão destes recursos. Não se quer, assim, substituir os bancos, mas sim valorizar a sociedade civil.

A proposta é construir uma metodologia de retorno dos recursos, com compromisso voluntário de devolução, à medida que as iniciativas vão se consolidando e se auto-sustentando.

### A experiência existente e em andamento

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), o Banco do Nordeste do Brasil (BNB), o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), o Movimento de Articulação do Semi-Árido (ASA) e o Mutirão para superar a Miséria e a Fome da CNBB já estão coordenando uma experiência de apoio a projetos produtivos solidários no Nordeste.

Contou em 2005 com R\$ 600.000, para 2006 R\$ 1,2 milhão e 2007 R\$ 3 milhões, de recursos não-reembolsáveis, sendo parcela dos recursos originários do BNB. Técnicos e advogados do banco deram um conceito legal e amparo jurídico ao projeto. Entre 50 propostas encaminhadas, foram aprovadas 17 num projeto piloto.

### Espraiar a experiência

O desafio é repetir e espalhar a experiência em outras regiões do Brasil, criando uma Rede nacional que representasse os fundos solidários e as iniciativas de economia solidária e fizesse a interlocução com as políticas de governo.

Selvino Heck - Assessor Especial do Presidente

Março de 2006

Os dados apresentados e a proposta têm como interlocutores Haroldo Mendonça, da SENAES, e Ademar Bertucci, da Cáritas Brasileira e do Fórum Brasileiro de Economia Solidária



***"As mulheres se tornaram mais sociáveis, mais amigas, aprenderam a trabalhar juntas. As crianças, no aspecto alimentar, melhorou a fisionomia da criança. Crianças que tinham um aspecto de desnutrição, hoje, a criança sabe comer, hoje as crianças pedem para mãe as verduras, os legumes.."***

Ir Benedicta Toledo, Coordenadora Diocesana da Pastoral da Criança, Janaúba-MG, sobre as hortas comunitárias financiadas com o fundo solidário do Projeto Vencer Juntos (Vídeo Projeto Vencer Juntos)

## **ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Chico Menezes

Os desafios a serem superados para a promoção da justiça social em nosso País passam necessariamente pelo fortalecimento da economia solidária. Os fundos rotativos e solidários representam ações estruturantes que podem ser um dos instrumentos para a promoção de uma profunda transformação social no Brasil. Eles podem gerar empregos, distribuir renda, dinamizar a economia local, promover a segurança alimentar e nutricional e estimular a emancipação de comunidades que até então eram relegadas à exclusão e ao abandono.

É por isso que nós do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) endossamos as propostas formuladas pelo Seminário Nacional dos Fundos Solidários, promovido pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Trabalho e Emprego, no início deste mês em Brasília.

Uma das louváveis propostas extraídas do evento foi o de priorizar as 11 milhões de famílias assistidas pelo Programa Bolsa Família. Elas serão o público preferencial de uma futura Política Nacional de Economia Solidária. A imensa maioria desse contingente de cidadãos e cidadãs, mesmo considerando os avanços obtidos nos últimos quatro anos, ainda está fora da dinâmica convencional de mercado - seja pela burocracia oficial, pelo caráter seletivo dos agentes de crédito, pela incidência de altos juros ou pela exigência de capacidade financeira e viabilidade econômica de qualquer empreendimento.

Os fundos solidários e rotativos são importantes alternativas para a emancipação social e econômica de comunidades carentes. Eles funcionam como uma poupança comunitária. Os recursos poupados, não reembolsáveis, são aplicados em obras de infraestrutura e em projetos de geração de trabalho e renda que promovem inclusão social na comunidade.

O Consea, que é um órgão consultivo, integrado por representantes do governo e da sociedade civil, ao longo dos quatro anos de sua recriação, vem propondo diretrizes que priorizem a geração de trabalho digno como fator essencial de acesso aos alimentos; o fomento às diversas modalidades de associativismo e cooperativismo; as iniciativas de auto-gestão na produção e comercialização; e os princípios da economia solidária, entre outras diretrizes.

Essas são algumas das diretrizes que estão em nossa pauta permanente de discussão e que estarão em debate na III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. O evento será realizado de 3 a 6 de julho em Fortaleza e reunirá 2 mil pessoas, entre delegados, convidados e observadores, nacionais e internacionais. Antes, será realizada a Conferência Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, em Goiânia, fórum que também colocará esses assuntos em pauta (ver [www.presidencia.gov.br/consea](http://www.presidencia.gov.br/consea)).

Não há dúvida de que as estratégias nacionais para a redução da desigualdade social e a erradicação da fome e da pobreza devem priorizar atividades geradoras de trabalho

digno e renda compatível, especialmente para aqueles que hoje se encontram em situação de maior vulnerabilidade.. A economia solidária, por meio dos fundos rotativos, é um dos caminhos que precisamos trilhar para resgatarmos a histórica dívida social brasileira.

Chico Menezes é economista, mestre em Desenvolvimento Agrícola pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase) e presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

(Artigo publicado no Diário da Manhã, em 17 de fevereiro de 2007)



***"Nos queremos desenvolver e ampliar essas experiências de fundos solidários, reforçando os conceitos e as práticas da economia solidária. Aqui economia solidária é compreendida como o conjunto de atividades práticas nas comunidades e nos grupos que conseguem gerar uma nova organização social e econômica entre as pessoas. É uma nova proposta de organização .... baseada na solidariedade, no respeito ao meio ambiente, novas relações de gênero. ... Nos não estamos aqui apenas para discutir o fundo solidário em si, mas estamos discutindo uma nova proposição de sociedade, de organização e de vida para as pessoas."***

Antônio José Cunha da Silva, Obra Kolping (Vídeo Seminário Fundos Rotativos no Semi-Árido)

## **SEMINÁRIO SOBRE FUNDOS SOLIDÁRIOS NO SEMI-ÁRIDO**

Lagoa Seca – Paraíba, 11 a 13 de junho de 2007

### **Objetivo geral do Seminário:**

Promover o intercâmbio e a análise das experiências de Fundos Solidários apoiados no âmbito do Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, na perspectiva de identificar e aprofundar os desafios e as propostas para uma política pública de fundos solidários.

### **Objetivos específicos:**

- Promover o intercâmbio entre as experiências de fundos solidários trabalhados pela diversidade de ONG's que atuam no semi-árido brasileiro.
- Construir referências para uma política pública no campo dos fundos solidários e para a articulação regional e nacional dos referidos fundos.
- Debater conceitos e princípios de atuação dos fundos.
- Fortalecer as organizações comunitárias no sentido de trabalhar a sustentabilidade e a multiplicação de projetos exemplares.

### **Participantes:**

Obs. dos editores: as informações de contato dos participantes foram retiradas por serem desatualizadas. Para uma lista dos projetos apoiados pelo PAPPS e das pessoas e entidades que atuam no campo dos fundos solidários com informações de contato atualizadas, veja Caderno 3 desta publicação.

### **Visita à experiência da Paraíba**

Foram priorizadas duas visitas que possibilitaram um contato direto com os participantes dos Fundos implantados. Uma ocorreu com a experiência da Comunidade de Caiçara e do Coletivo do Cariri em Soledade e outra com a a experiência de FRS de Gameleira em Serra Redonda e do Pólo Sindical da Borborema.

### **Intercâmbio de experiências de Fundos Solidários entre as organizações do Semiárido**

Cada organização presente ao Seminário, apresentou seu histórico e experiências de fundo solidário. Foram momentos de troca, de debate e maior conhecimento metodológico e de possibilidades de aplicação e gestão do fundo.

O Debate nos grupos após as exposições das experiências foi norteado por duas questões orientadoras:

1. Quais elementos comuns entre as experiências?
2. Nas experiências apresentadas quais são as inovações e desafios?

**Elementos comuns e inovadores percebidos nas experiências de Fundos Solidários:**

- Resgate de práticas antigas de solidariedade;
- Articulação em redes;
- Otimização dos recursos;
- Os recursos circulam na própria comunidade;
- Uso de vários tipos de moedas não capitalistas;
- Apropriação da gestão pelas comunidades;
- A contribuição dos FRS (Fundos Rotativos Solidários) para o fortalecimento dos laços de solidariedade e para o processo de organização comunitária;
- Valorização dos intercâmbios de experiências;
- Presença de entidades animadoras;
- A compreensão de que o FRS vai além da dimensão econômica e abrange outros aspectos, como: associativismo, auto-estima, educação, saúde, água, infra-estrutura comunitária, dentre outros aspectos sociais, políticos e culturais;
- Há uma diversidade das formas de devolução e a definição é feita pelos próprios sujeitos envolvidos (famílias, grupos e comunidades);
- Não há cobrança de juros;
- Diferentes modalidades de gestão entre as experiências de FRS (gestão na própria comunidade e gestão compartilhada entre os grupos e a instituição fomentadora);
- O FRS tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida para o fortalecimento dos processos de desenvolvimento local e territorial;
- Os FRS têm atuado como mecanismos de fortalecimento da Economia Solidária;
- Os FRS valorizam as experiências tradicionais e possibilitam o acesso a experiências inovadoras;
- Os FRS são espaços de enfrentamento coletivo dos problemas da comunidade (acesso à água, à terra, às inovações produtivas, etc.)
- Envolvimento do movimento sindical na Paraíba no estímulo às experiências de FRS;

- Articulação de instituições e grupos produtivos;
- Os FRS contemplam pessoas excluídas dos créditos tradicionais (direito/universal);
- Resgate e valorização da solidariedade;
- Considera as realidades locais;
- Fortalece uma identidade comunitária;
- Assessoria técnica entre famílias;
- Multiplicação de FRS a partir de outros fundos já instalados;
- Alguns fundos não possuem conta bancária, agindo automaticamente com aplicação de investimentos junto aos beneficiários;
- Convivência com o semi-árido;
- Participação de jovens e mulheres;
- FRS em área urbana;
- Contraposição aos valores e aos princípios capitalistas;
- Perspectiva de autonomia financeira e humana;
- A idéia é para além dos objetivos financeiros (conjunto de práticas solidárias);
- A importância da identidade pessoal e coletiva, crescimento e desenvolvimento;
- Não há preocupação com a sustentabilidade financeira simplesmente – o interesse está concentrado na sustentação social;
- Diversidade das formas de devolução (material, dinheiro, animal, serviço, etc);
- Devolução de 100% dos recursos;
- Autogestão;
- Resgate dos valores e recomposição dos vínculos sociais;
- Ação territorializada;
- Intercâmbio e trocas de experiências.

**Desafios identificados a partir das experiências apresentadas:**

- Fortalecer as experiências dos fundos solidários e construir uma articulação nacional;

- Adquirir fundos com o poder local;
- Que tipo de democracia se quer construir;
- Usar o intercâmbio como instrumento pedagógico;
- Fortalecer a segurança alimentar;
- Garantir a sustentabilidade dos fundos e o processo de formação, mobilização e acompanhamento das experiências nos projetos;
- Aprofundar o debate sobre FRS;
- Garantir o uso de recursos públicos para o fortalecimento dos FRS;
- Elaborar um Marco Jurídico adequado;
- A conquista de políticas públicas;
- Inclusão das famílias mais pobres que estão à margem dos processos sociais;
- Necessidade de aprofundar a gestão democrática nas experiências de FRS;

### **Elementos do debate após a apresentação das experiências:**

- Os fundos solidários ou fundos rotativos, não surgem sem que tenha havido um trabalho social, portanto é a evolução de um processo que já havia na comunidade há algum tempo, portanto tem um caráter local. A gente adere e respeita a dinâmica da comunidade local, as regras que o fundo necessita surgem também do debate com a comunidade. Vai exigir o retorno como retorno integral ou retorno parcial, cobrança ou não de juros. Uma questão a ser abordada é a questão da responsabilidade financeira dos fundos, a questão da gestão financeira da comunidade que tem que ser debatida.

- A questão dos fundos apresenta uma perspectiva. Ficou claro na demonstração dos grupos, que aqueles fundos solidários que nascem a partir da contribuição das comunidades e antes do recurso externo recebido, apresentam a característica de maior fortalecimento associativo e de autogestão com perspectiva e maior potencialidade, pois não precisam de ajuda externa. Entretanto, precisa-se debater sobre a necessidade de fortalecer esta experiência e que apresenta a necessidade de autonomia e autogestão às comunidades; como pensar numa forma de ajuda com recursos nacionais para os fundos solidários dentro destas características que temos hoje?

- Nenhuma comunidade deixa de ter alguma forma de organização ou pelo menos de algumas ações que possam ocorrer dentro das associações que demonstrem um mínimo de organização. Por isso é necessário que estas comunidades locais sejam fortalecidas em nível técnico e econômico, e também em nível de organização.

- Talvez seja que nós estamos muito certos da solidariedade que nós achamos que estamos promovendo. Existe um vazio nesta história, por exemplo, ainda não temos

iniciativas de consumo solidário. Isso que fazemos então não fecha com economia solidária. A gente só fala da produção e reclama da comercialização. Mas também vão fazer umas coisas que o mercado não usa, que acha bonito fazer, coisa que não tem venda, faz porque gosta de fazer ou aprendeu a fazer. Um outro limite está no conhecimento limitado das nossas experiências. Nós administramos Fundos Rotativos, mas não conhecemos os dados destes fundos.

- Um desafio é a integração entre as experiências urbanas e rurais. É muito mais complicado na cidade, é mais violento, e para nós dos fundos a integração do urbano com o rural passa por questões econômicas e culturais profundas. Um problema é que o tomate sem agrotóxico é muito mais caro do que o que é vendido no supermercado, e ninguém pode consumir consciência, a gente consome o salário que ganha.

- Será que não temos condição de sair desse caráter experimental de tudo que nós fazemos? Será que não temos escala de atendimento, só é laboratório, experiência, modelo? Entretanto, precisamos da fase experimental porque tem muitos programas que têm uma dimensão grande e eles não têm uma base. A gente precisa da fase experimental para a expansão, a irradiação daquela experiência, a gente só não poderá permanecer sendo eternamente experimental.

- Um outro questionamento diz respeito à capacidade de nossos grupos e comunidades ampliarem sua ação a partir de uma ampliação da oferta de recursos pelo governo. Mas a gente tem que estar muito atento para qual é a nossa expectativa em relação ao fundo, pois o fundo rotativo solidário não é o salvador da pátria. A escala neste tipo de processo de organização comunitária não deve ser a preocupação principal e sim o fortalecimento do local. Ter a preocupação com os processos de organização e de auto-gestão da comunidade.

- Fundo rotativo é um instrumento pedagógico de trabalho de várias formas pelo modo que estamos fazendo: de organizar o grupo, de mobilizar, de animar. Diferente das micro-finanças, porque você não tem a intencionalidade que este dinheiro volte na forma monetária, é mais na prestação de serviço, na gestão da organização. É nesta perspectiva que a gente precisa diferenciar estes dois, e ver se a gente tem condição de ampliar as nossas experiências.

- A lógica da escala está ligada aos princípios do mercantilismo, o mercado tem que se ampliar cada vez mais para a sociedade de consumo. Mas nós queremos discutir isso numa outra perspectiva, pois a Economia Solidária não é uma sociedade de consumo. É preciso barrar a idéia que o capitalismo implantou de pensar economia como mercado, por isso que é interessante o debate. O Fundo Rotativo carrega consigo o princípio de recuperar o sentido econômico da relação entre população, território e as suas necessidades econômicas, e isso que é a experiência pedagógica do fundo rotativo. Se eu vou numa comunidade e sento para discutir qual é a minha necessidade econômica e decido que é uma máquina de fazer tela, este é o princípio da necessidade econômica daquelas pessoas, e elas que vão consumir aquilo. Aquela comunidade não está criando aquilo para beneficiar outra população, outro mercado, ela mesma que precisa daquilo para satisfazer a sua necessidade econômica e social, e não separar o econômico do social.

- Temos que avaliar melhor quais são as políticas de fundos solidários que nós queremos avançar. Percebemos nas nossas visitas que todos os Fundos estão trabalhando na mesma linha de projetos de desenvolvimento sustentável, local e solidário. O fundo não é de dinheiro, é de sementes, e vê o resgate das sementes na perspectiva da agroecologia e na questão ambiental, outro padrão de desenvolvimento e não o padrão do capitalismo. O fundo é um instrumento dentro de uma luta numa perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário.

### **Propostas para uma Política Nacional de Fundos Solidários**

- Rever os valores dos financiamentos;
- Fortalecer o processo de formação e intercâmbio;
- Financiamento dos meios (recursos humanos, deslocamentos);
- Revisão nas relações das leis entre governos e sociedade, e as leis das licitações;
- Garantir um acompanhamento sistemático;
- Proceder a uma mobilização social dos grupos feita por organizações de trabalhadores, redes, movimentos sociais, cooperativas, etc;
- Formação específica (associações, cooperativas, agroecológica, etc);
- Construir um marco legal;
- Lutar por isenção de taxas bancárias;
- Garantir acesso "direto" ao FRS para grupos informais;
- Apoiar prioritariamente o FRS e gestões comunitárias;
- Flexibilizar em relação às contrapartidas;
- Incluir mais jovens nos FRS;
- Apoiar iniciativas que respeitem as questões de gênero e geração;
- Apoiar a comercialização solidária, feiras, barracas, transportes, divulgação, embalagens, marcas e selos, e inserção nos espaços políticos permanentes de comercialização;
- Destinar recursos para a formação de técnicos e ações de intercâmbio entre os participantes para troca de experiências e multiplicação de conhecimento popular.

## **Encaminhamento**

Será realizado um novo seminário em fevereiro de 2008, em alguma cidade do Estado de Pernambuco. Uma Comissão animará o processo de intercâmbio da rede de FRS: Lourdes de PE, Mario de PE e Messias CE.

Obs. dos editores: Esse novo seminário em Pernambuco não aconteceu até data dessa publicação.

Que estas reflexões possam melhorar as práticas dos fundos solidários e estimular e motivar os agentes trabalhados e beneficiários dos mesmos.

Fortaleza – CE, 13 de agosto de 2007.

Antônio José Cunha da Silva

Obra Kolping do Brasil